



UC/FPCE\_2014

Universidade de Coimbra  
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

**As diferenças de sexo nas representações sociais da  
violência entre parceiros íntimos numa amostra de  
estudantes de saúde, serviço social e militares**

Maria Alexandre da Graça Fernandes e Vasconcelos (e-mail:  
malexandrevasconcelos@gmail.com)

Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde (Área de  
subespecialização em Sistémica, Saúde e Família) sob a orientação da  
Professora Doutora Maria Madalena Santos Torres Veiga de Carvalho

### **As diferenças de sexo nas representações sociais da violência entre parceiros íntimos numa amostra de estudantes de saúde, serviço social e militares**

Resumo: O presente estudo tem como principal objetivo analisar as representações sociais da violência entre parceiros íntimos numa amostra de estudantes de saúde, serviço social e militares, com especial enfoque na variável sexo. Neste sentido, foi administrado um protocolo de investigação a 340 sujeitos, que incluía as Escalas de Táticas de Conflito Revisadas (*The Revised Conflict Tactics Scales* – CTS-2), o Questionário de Violência Conjugal – Histórias (QRVC-HIS) e o Questionário de Violência Conjugal – Causas, Manutenção e Resolução (QVC-CMR). Os resultados traduzem uma baixa legitimação dos estudantes face à violência nas relações íntimas, embora os sujeitos do sexo masculino tenham apresentado uma maior legitimação, comparativamente à subamostra feminina. Relativamente às relações íntimas atuais, a amostra reporta índices de violência preocupantes, com uma perpetração e vitimização superiores por parte do sexo feminino. Adicionalmente, procurou-se estudar o impacto da formação nas representações sociais da violência, sendo que, os resultados revelaram uma menor legitimação da violência pelos sujeitos que obtiveram formação sobre a presente problemática.

Em suma, os resultados obtidos alertam para a necessidade de investir na formação dos estudantes, no âmbito da violência nas relações íntimas, com vista a desmistificar crenças e oferecer as ferramentas necessárias para que, na sua prática profissional futura, estes possam responder de forma adequada a vítimas e agressores, em termos do rastreio e da intervenção.

Palavras-chave: violência entre parceiros íntimos, representações sociais, sexo, estudantes do ensino superior, formação.

## **Sex differences in social representations of intimate partner violence among a sample of health, social work and military students**

Abstract: The present study aims to analyze the social representations of intimate partner violence in a sample of health, social work and military students, with special emphasis in the variable sex. A research protocol was administered to 340 subjects which included The Revised Conflict Tactics Scales (CTS-2), the Conjugal Violence Questionnaire – Stories (QRVC-HIS) and the Conjugal Violence – Causes, factors of maintenance and resolution (QVC-CMR). The results show a general disapproval of violence use, however violence support was higher among male students. Regarding current intimate relationships, the sample reports alarming rates of violence, with a higher perpetration and victimization by female students. Additionally, we attempted to study the impact of specific education on the social representations of violence, thus the results revealed a lower legitimacy of violence by those subjects who obtained specific education on this issue.

In sum, the results highlight the need to invest in educating students about intimate partner violence, in order to demystify beliefs and provide the necessary tools so that in the future they can respond appropriately to the victims and perpetrators, in terms of screening and intervention.

Key Words: intimate partner violence, social representations, sex, higher education students, education.

## **Agradecimentos**

E porque agradecer é um dos fatores que mais contribui para a felicidade, o meu especial obrigada,

À minha orientadora Professora Doutora Madalena Carvalho, e à Professora Doutora Isabel Alberto sem as quais a elaboração da presente tese não teria sido possível.

Aos meus pais por terem patrocinado o meu curso superior, por me instigarem a querer sempre mais e melhor, a ir sempre mais longe, por apoiarem as minhas escolhas e nunca me colocarem barreiras, por tudo o que são, o meu mais sentido obrigada.

À restante família pelo apoio, carinho e preocupação. E em especial à minha irmã Ana por todos os momentos de diversão e por me apoiar tanto, mesmo sendo a mais nova.

Ao Diogo pelo amor, carinho, compreensão e paciência. Por cuidar de mim, pelo apoio, e por não se assustar perante os grandes desafios.

Às minhas amigas não temporárias, Daniela, Gabriela e Tânia, pela amizade, por todos os bons momentos, pelo apoio e preocupação. Este ano sem vocês seria inimaginável. Em especial à Daniela, por estar sempre disponível, pela força, por acreditar em mim.

À Cristiana pela partilha de frustrações e de conquistas, pelo desabafo e pela interajuda, sempre com boa disposição. À Inês pelos conselhos, pelas palavras de conforto, pelo apoio e amizade.

A todas as pessoas que participaram neste estudo e a todos os que o divulgaram, sem a vossa ajuda não teria sido possível.

## Índice

Introdução.....	1
I – Enquadramento conceptual .....	2
1. Violência entre parceiros íntimos.....	2
2. O conceito de Representação Social .....	4
3. Representações sociais da violência entre parceiros íntimos .....	4
3.1. As diferenças de sexo nas representações sociais da VPI.....	7
II – Objetivos.....	8
III – Metodologia.....	9
3.1. Descrição da amostra .....	9
3.2. Instrumentos de avaliação .....	12
3.2.1. Questionário sociodemográfico e dados complementares ..	12
3.2.2. Escalas de Táticas de Conflito Revisadas ( <i>The Revised Conflict Tactics Scales</i> – CTS-2).....	13
3.2.3. Questionário de Violência Conjugal – Histórias (QRVC-HIS) .....	14
3.2.4. Questionário de Violência Conjugal – Causas, Manutenção e Resolução (QVC-CMR).....	14
3.3. Procedimentos de investigação .....	15
3.4. Procedimentos estatísticos .....	15
IV – Resultados .....	16
4.1. Representações sociais em torno da violência conjugal (QRVC-HIS e QVC-CMR) .....	16
4.2. Resolução de conflitos entre parceiros íntimos (CTS-2) .....	20
4.3. Relação entre a formação e as crenças em torno da violência conjugal (QRVC-HIS) .....	22
4.4. Impacto das variáveis sociodemográficas nas representações sociais da violência entre parceiros íntimos .....	23
4.4.1. Interação sexo/idade.....	23
4.4.2. Interação sexo/área de estudo.....	24
4.4.3. Interação sexo/ano ou grau académico.....	24
4.4.4. Interação sexo/zona de residência .....	24
V – Discussão .....	25
5.1. Representações sociais em torno da violência conjugal .....	25
5.2. Resolução de conflitos entre parceiros íntimos .....	30

5.3. Relação entre a formação e as crenças em torno da violência conjugal .....	33
5.4. Impacto das variáveis sociodemográficas nas representações sociais da violência entre parceiros íntimos .....	34
VI – Conclusão .....	35
6.1. Limitações do estudo e investigações futuras.....	36
Bibliografia.....	38
Anexos.....	43

## Introdução

Em Portugal, a violência conjugal saiu da sombra e está mais visível. Falta, todavia, um plano integrado de intervenção que articule as diversas ações e mostre uma vontade firme em minorar o problema (Sampaio, 2012, p.160).

A crescente investigação sobre a violência nas relações íntimas indica que esta se constitui como um problema significativo e generalizado, na população de jovens universitários, pelo que necessita de uma maior atenção, por parte das instituições de ensino, bem como, de uma compreensão adequada sobre este tipo de abuso particular (Gómez, Rojas, & Coronado, 2012; Nabors, Dietz, & Jasinski, 2006; Machado, Caridade, & Martins, 2010; Próspero & Vohra-Gupta, 2007; Straus, 2004; Valdez, Lilly, & Sandberg, 2012).

Em Portugal tem-se verificado um interesse progressivo sobre esta problemática, no entanto as investigações incidem sobretudo na prevalência dos atos abusivos cometidos no âmbito das relações íntimas dos jovens adultos (Caridade, Machado, & Vaz, 2007; Machado et al., 2010; Machado, Matos, & Moreira, 2003; Paiva & Figueiredo, 2004), ainda que alguns destes tenham integrado também variáveis concernentes com as atitudes dos estudantes acerca da violência no namoro.

Neste âmbito, Alarcão (2000, p.298) defende que para compreender o comportamento agressivo "é importante conhecer os significados que cada indivíduo atribui ao seu comportamento e ao comportamento dos outros, bem como o sistema de crenças, mitos, preconceitos familiares e culturais".

Todavia, verificou-se a existência de uma lacuna substancial relativamente ao estudo das representações sociais e das crenças dos estudantes universitários sobre esta forma de violência sendo que, os estudos que têm surgido focam-se principalmente em amostras de estudantes da área de Psicologia (Paiva, 2010; Vieira, 2013) ou abarcam amostras mais amplas (Aguilar, 2010; Baptista, 2013; Mendes & Cláudio, 2010).

Neste sentido, a necessidade de estudar o tema das representações sociais da violência, no contexto das relações íntimas, torna-se particularmente importante em amostras de estudantes das áreas de saúde, serviço social e forças militares, com vista a oferecer mais informação sobre a forma como as representações mantidas por estes futuros profissionais podem afetar o comportamento dos mesmos, em relação às situações de violência com as quais irão ter um contacto direto, e perante as quais irão desempenhar um importante papel a nível da prestação de cuidados (Chang et al., 2009; Davila, 2006; Postmus, McMahon, Warren, & Macri, 2011; World Health Organization [WHO], 2013).

## I – Enquadramento conceptual

### 1. Violência entre parceiros íntimos

A violência entre parceiros íntimos (VPI) tem vindo a ser reconhecida como uma problemática cada vez mais proeminente em todo o mundo, transversal aos diversos contextos e grupos socioeconómicos, religiosos e culturais (Krahé, Bieneck, & Möller, 2005; WHO, 2012).

A WHO, em 2012, define esta forma de violência como qualquer comportamento numa relação íntima que causa dano físico, psicológico ou sexual para aqueles envolvidos, podendo incluir também comportamentos de controlo. Segundo esta definição, a violência física compreende atos como bater, pontapear e dar bofetadas; o abuso psicológico ou emocional pode englobar insultos, desprezo, constante humilhação, intimidação, ameaças de dano; a violência sexual pressupõe relações sexuais forçadas e outras formas de coerção sexual; e, por fim, os comportamentos de controlo podem abarcar o isolamento em relação a familiares e amigos, a monitorização das atividades diárias, e a restrição ao acesso de recursos financeiros, emprego, educação e cuidados médicos.

No ano de 2012, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) registou 83,6% de crimes no contexto da violência doméstica, entre o total dos factos criminosos reportados, o que representou uma descida percentual comparativamente ao ano anterior, mas uma subida em termos dos números absolutos de crimes neste âmbito (APAV, 2013).

No entanto, as referidas estatísticas podem estar sobrestimadas, na medida em que a WHO (2012) diferencia os conceitos de "violência doméstica" e "violência entre parceiros íntimos": o primeiro inclui também o abuso de menores, idosos, e outros membros pertencentes ao agregado familiar; o segundo refere-se estritamente a comportamentos perpetrados por parceiros íntimos, nomeadamente, o cônjuge, companheiro em união de facto, namorado, amante ou ex-parceiro de qualquer dos tipos de relações enumeradas. Desta forma, a violência entre parceiros íntimos abarca relações formais, como o casamento, e relações de carácter informal, como o namoro (WHO, 2013).

Segundo a WHO (2013), além da *violência doméstica*, são empregues outros termos para fazer referência ao fenómeno da violência entre parceiros íntimos, nomeadamente a agressão ou abuso da mulher/esposa, violência conjugal, e violência no namoro, sendo que esta última é restrita a relações íntimas entre pessoas jovens, que variam em duração e intensidade, mas não envolvem coabitação.

O estudo internacional de Straus (2004) sobre a violência no namoro abrangeu trinta e uma universidades distribuídas por dezasseis países, incluindo Portugal. Os resultados revelaram diferenças significativas, entre as diferentes universidades, a nível da perpetração, indicando uma grande disparidade nas percentagens de abuso físico, que variaram entre 17% a 45%. É de destacar que a universidade com menor prevalência deste tipo de abuso foi a Universidade de Braga. De forma semelhante, os resultados



relativos ao abuso físico severo perpetrado traduzem alguma preocupação, já que, as três universidades com percentagem superiores, deste tipo de abuso, rondaram os 20%, sendo as taxas mais baixas ligeiramente acima dos 4%.

Ainda no mesmo estudo, Straus (2004) encontrou similaridades entre as universidades, destacando a elevada percentagem de violência física perpetrada, por ambos os sexos, no contexto das relações de namoro, em toda a amostra. De facto, há uma crescente tendência para expandir a perspectiva tradicional que rotula as mulheres como vítimas e os homens como agressores, passando a considerar a possibilidade de vitimação masculina e perpetração feminina (Krahé et al., 2005; Machado et al., 2010).

Contudo, esta tendência em considerar a vitimação masculina como uma problemática significativa é controversa, na medida em que entidades como a WHO (2013) e a APAV (2013) se cingem a um perfil de vítima maioritariamente feminino. A primeira, apesar de reconhecer os homens como passíveis vítimas, apresenta diretrizes exclusivamente focadas na violência contra as mulheres, argumentando que estas experienciam mais violência sexual; violência física com maior grau de severidade; e maior controlo coercivo por parte dos seus parceiros masculinos (WHO, 2013). Na mesma linha, a APAV (2013) traça um perfil de vítima maioritariamente feminino, contabilizando, em 2012, 5669 mulheres vítimas de violência doméstica, em contraposição a 646 homens identificados como vítimas.

Em 2008, Straus procurou estudar a questão da simetria da violência, numa amostra de estudantes universitários de trinta e duas nações distintas. Os resultados revelaram que a bidirecionalidade da violência se apresenta como o padrão mais prevalente nas relações íntimas, seguido pela violência exclusivamente feminina e, por último, a violência exclusivamente masculina. É importante destacar que, em nenhuma das nações da amostra, a violência exclusivamente masculina se constituiu como o padrão mais prevalente. Estes resultados contrariam a crença amplamente difundida, de que a violência entre parceiros íntimos é um crime predominantemente cometido pelo sexo masculino.

Neste sentido, Straus (2008) alerta que a recusa em compreender a problemática da violência inserida no contexto do sistema familiar, e em considerar a multiplicidade de causas que lhe estão subjacentes, pode estar a boicotar os esforços para a suprimir, na medida em que metade dos perpetradores tem sido ignorada, de forma deliberada e consciente. Consequentemente impõe-se a necessidade de criar serviços direcionados para as vítimas masculinas, mas sem esquecer a necessidade superior de serviços para as vítimas femininas, já que nas relações em que estas se constituem como agressoras têm, simultaneamente, maior probabilidade de contrair lesões.

## 2. O conceito de Representação Social

*«toute chose soit représentation de quelque chose (...) toute représentation est un représentation de quelqu'un»*  
(Moscovici, 1976, como citado em Bidarra, 1986, pp.375-376).

A representação social constitui-se como um processo de produção de sentido e de construção da realidade, que atua, simultaneamente, sobre os estímulos e as respostas a esses estímulos. Tendo repercussões na forma como os sujeitos interpretam o que acontece com eles e à sua volta e, conseqüentemente, na orientação dos seus comportamentos (Bidarra, 1986; Vala, 2010).

Moscovici (1976, como citado em Bidarra, 1986, p.371) defende que a representação "é um modo de conhecimento do mundo concreto, sofrendo influência da ciência, da técnica, da filosofia, sistemas heterogêneos que preenchem funções diferentes na nossa sociedade". Equiparando-a aos mitos e crenças das sociedades tradicionais, e a uma versão contemporânea do senso comum (Moscovici, 1981, como citado em Vala, 2010).

Desta forma, a representação não traduz uma cópia exata do objeto, mas é uma reconstrução deste, imbuída no contexto das teorias científicas, da cultura, ideologias, valores, noções, regras, experiências, e comunicações quotidianas (Bidarra, 1986; Vala, 2010) De facto, "os indivíduos não se limitam a receber e processar informação, são também construtores de significados e teorizam a realidade social" (Vala, 2010, p. 457).

Uma representação constitui-se como social, na medida em que, é partilhada por um grupo de indivíduos; produzida coletivamente enquanto resultado da atividade cognitiva e simbólica do referido grupo; e detém uma função comunicacional e comportamental (Bidarra, 1986; Vala, 2010).

Neste sentido, perante uma situação de interação, ou um estímulo social, o sujeito aciona valores e modelos do seu grupo de pertença, na sua construção de ideias (Bidarra, 1986). Concretamente, "quando os indivíduos se questionam sobre fenómenos sociais como a pobreza, o desemprego, a saúde, a violência ou o insucesso escolar, acionam as teorias que coletivamente construíram sobre estes mesmos fenómenos, e é no quadro dessas teorias que procuram e estruturam explicações" (Vala, 2010, p.481).

## 3. Representações sociais da violência entre parceiros íntimos

O interesse em alargar o estudo das representações sociais da VPI a amostras constituídas por estudantes de áreas de saúde e serviço social advém das constatações de vários estudos, que sugerem o papel privilegiado destes futuros profissionais na resposta às necessidades psicossociais e de saúde das vítimas de violência, além de, muitas vezes, se estabelecerem como a primeira linha de apoio das referidas vítimas (Chang et al., 2009; Davila, 2006; Postmus et al., 2011; WHO, 2013).

O estudo de Sprague et al. (2013), com uma amostra de estudantes e profissionais de medicina, revelou que estes possuem várias crenças legitimadoras da violência nas relações íntimas, e subestimam a prevalência da mesma, no contexto das suas práticas profissionais. A maioria dos participantes apontou uma percentagem de prevalência igual ou inferior a 10%. Adicionalmente, a amostra indicou o receio de que os pacientes se sentissem ofendidos ao serem inquiridos sobre a ocorrência de situações de violência, o que vai ao encontro da baixa frequência de rastreio reportada.

Na mesma linha, o estudo de Postmus et al. (2011) revelou que, numa amostra de estudantes de serviço social, 44% dos participantes referiu nunca, ou raramente, fazer o rastreio de violência doméstica e abuso sexual nos seus locais de intervenção.

Também em Portugal, Mendes e Cláudio (2010) procuraram analisar as crenças e atitudes dos estudantes de enfermagem, engenharia e psicologia, relativamente ao tema da violência doméstica. Apesar de se terem verificado, na generalidade, baixos níveis de tolerância face a situações de violência, os resultados aludiram para a existência de algumas crenças legitimadoras, como por exemplo, a de que a mulher mantém a relação porque quer, e porque se sente bem na situação em que vive.

Adicionalmente, alguns estudos ilustram que a conceitualização da violência conjugal como um problema de saúde pública não é partilhada por todos os profissionais de saúde. Concretamente, uma amostra de enfermeiras colocou a problemática no campo social, associada a questões de educação, família, leis e ajuda social (Leal, Lopes, & Gaspar, 2011). De forma semelhante, o estudo de Ergonen, Salacin, Karademir, Gursel, e Musal (2007) revelou que os estudantes de medicina da amostra não entendiam a violência como um problema de saúde, e conseqüentemente, não perspetivavam a inexistência do rastreio de situações de violência como negligência médica. Estes sujeitos reportaram crenças banalizadoras da violência, associadas às condutas manifestadas pelas vítimas.

Neste sentido, muitos dos estudos centrados em populações de estudantes e profissionais, tanto da área de saúde como de serviço social, alertam para a necessidade de formação académica e profissional no tema da violência entre parceiros íntimos, e na urgência de recursos, como a existência de equipas multidisciplinares, materiais informativos e tempo reservado para o rastreio, de forma a promover o conforto e confiança dos profissionais para intervir eficazmente junto das vítimas de violência (Chang et al., 2009; Mendes & Cláudio, 2010; WHO, 2013).

De facto, no estudo de Sprague et al. (2013), a sinalização da violência entre parceiros íntimos é identificada, por estudantes e profissionais de medicina, como um ponto muito importante nas suas práticas clínicas. No entanto, os mesmos avaliam o seu nível de formação no tema como inadequado. Adicionalmente, a subamostra de estudantes enumerou um conjunto de obstáculos no rastreio da violência como a falta de tempo, a falta de conhecimento e o desconforto pessoal, com maior frequência, comparativamente à subamostra de profissionais.

Também numa amostra de enfermeiros os resultados traduziram a falta de competência sentida para entrevistar e intervir em situações de violência conjugal, atribuída a níveis de educação e treino inadequados durante o percurso de formação. Com vista a colmatar esta necessidade, os autores propõem a implementação de programas de formação, que promovam a capacidade dos profissionais em prestar apoio de qualidade às vítimas (Davila, 2006).

Com efeito, alguns autores defendem a inclusão desta temática nos planos curriculares e nos programas de formação de medicina, com vista a promover a consciencialização e responsabilização destes profissionais de saúde, para que assumam o papel de prestadores de cuidados em situações de violência; desmistificar as crenças mantidas pelos mesmos; e aumentar a sensibilização e sinalização concernente às consequências físicas, psicológicas e relacionais da violência (Haj-Yahia & Uysal, 2008; Sprague et al., 2013).

Na área de serviço social, Postmus et al. (2011) destacam, também, a importância dos técnicos receberem educação e treino adequados para rastrear, avaliar e intervir junto das vítimas de violência física e sexual, de forma a não perpetuar os problemas sentidos pelas mesmas. Neste estudo, o aumento da experiência profissional, do treino e da idade dos estudantes revelou um impacto significativo, no sentido da diminuição das crenças legitimadoras da violência, bem como da propensão para acreditar em mitos que culpabilizam as vítimas.

Esta necessidade de incluir o tema da violência nos planos curriculares das áreas de saúde é corroborada por estudos sobre a eficácia da implementação de programas de formação focados nesta problemática. O estudo de Ergonen et al. (2007) demonstrou que, a introdução de uma cadeira sobre a violência doméstica aumentou o nível de conhecimento e consciencialização dos estudantes de medicina relativamente à mesma, e levou-os a questionar as suas próprias experiências de violência, no contexto das suas vidas pessoais.

De forma semelhante, o estudo de Chapin, Coleman, e Varner (2011), que surgiu no seguimento de uma formação sobre violência nas relações íntimas, revelou níveis altos de autoeficácia no rastreio, reportado por enfermeiros e médicos.

Relativamente aos estudantes de natureza militar e/ou policial, não encontramos estudos focados nas representações sociais da violência entre parceiros íntimos. No entanto, estudos com amostras de soldados americanos reportaram resultados similares aos estudos com amostras não militares, no sentido em que, o padrão da bidirecionalidade da violência nas relações íntimas foi apontado como o mais prevalente (Adams & Freeman, 2002; Forgey & Badger, 2006; Rosen, Parmley, Knudson, & Fancher, 2002). Nesse sentido, Adams e Freeman (2002) atentam para a importância de incluir o tema da perpetração feminina nas diretrizes e programas de prevenção e tratamento implementados por profissionais – militares e civis – que contactam com esta problemática, bem como no treino dos mesmos, e na investigação futura.

### 3.1. As diferenças de sexo nas representações sociais da VPI

Alguns dos estudos sobre a violência nas relações íntimas têm destacado a importância da variável sexo como um importante preditor do conhecimento e das atitudes dos profissionais de saúde. Estes alertam que as diferenças entre sexos podem influenciar o rastreio, a intervenção e o suporte destes profissionais relativamente às possíveis vítimas de violência (Alazmy, Alotaibi, Atwan, Kamel, & El-Shazly, 2011; Nabors et al., 2006).

Com efeito, em ambos os estudos supracitados, os profissionais de saúde do sexo feminino reportaram valores superiores nas escalas de conhecimento empírico acerca da violência, comparativamente ao sexo masculino, o que pode ser atribuído a diferenças na definição de violência, entre os sexos (Alazmy et al., 2011; Nabors et al., 2006). Contudo, no plano atitudinal, os resultados revelaram-se antagónicos, com o sexo masculino a obter resultados superiores na escala de mitos, no estudo de Nabors et al. (2006); e com o sexo feminino a subscrever mais crenças no sentido da legitimação da violência contra a mulher, no estudo de Alazmy et al. (2011).

Na mesma linha, o estudo de Mendes e Cláudio (2010) revelou diferenças significativas entre os sexos de estudantes de enfermagem, engenharia e psicologia, com uma maior banalização da violência por parte do sexo masculino. Por conseguinte, os autores destacam a importância de formações diferenciadas de acordo com o sexo de pertença, com vista a dismantelar crenças e estereótipos culturais potenciadores de comportamentos abusivos, e promover a sensibilização acerca desta problemática.

De forma geral, os estudos com amostras de estudantes do ensino superior, tanto a nível nacional como internacional, apontam para uma maior legitimação da violência nas relações íntimas por parte do sexo masculino (Baptista, 2013; Berkel, Vandiver, & Bahner, 2004; Caridade et al., 2007; Machado et al., 2010; Machado et al., 2003; Merten & Williams, 2009; Nguyen et al., 2013; Paiva; 2010; Vieira, 2013).

Machado et al. (2003) pontuam o facto do sexo masculino subscrever mais este tipo de crenças como um fator preocupante, no sentido em que, estes resultados remetem para a perpetuação de uma socialização diferenciada entre os sexos, a qual pode estar a potenciar a desculpabilização da violência. A este respeito, Caridade et al. (2007) alertam para a existência de expectativas e papéis distintos, de acordo com o sexo de pertença, bem como de uma socialização que promove a agressividade.

De facto, o estudo de Berkel et al. (2004) pontuou a igualdade entre os papéis de género como o melhor preditor para as atitudes menos legitimadoras da violência, em que a subamostra feminina ao subscrever mais papéis igualitários manifestou menor concordância com o uso da violência, do que os respondentes que apoiam papéis mais tradicionais.

Similarmente, no estudo de Nguyen et al. (2013), os estudantes do sexo feminino reportaram atitudes mais liberais, em relação aos papéis de género, e apresentaram menos crenças no sentido de culpabilizar as vítimas de violência. Nesse sentido, os autores concluíram que, na amostra estudada,

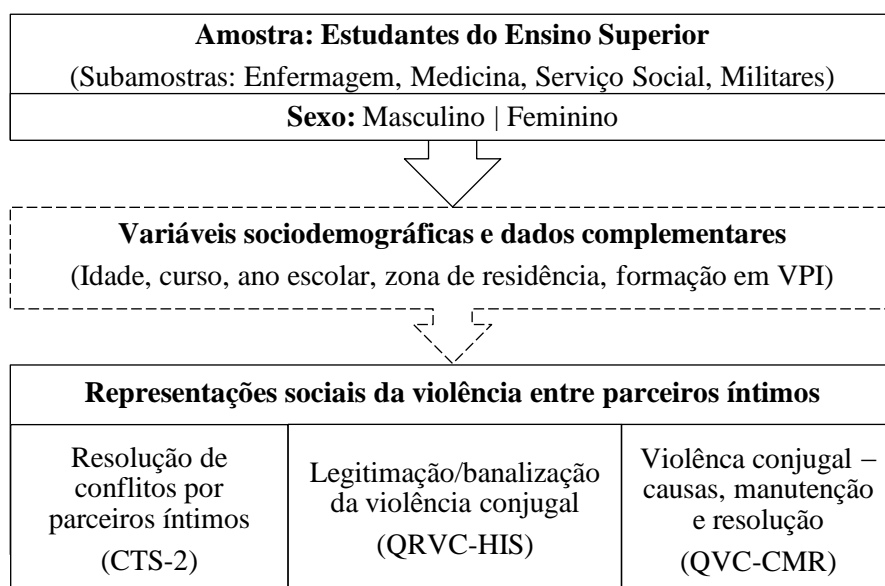
as atitudes derivadas de um posicionamento de papéis de gênero mais tradicional se correlacionaram significativamente com a atribuição de culpa às vítimas, em contextos de violência.

## II - Objetivos

As representações sociais sobre a violência nas relações íntimas assumem um papel importante nas atitudes e comportamentos adotados perante situações abusivas. Neste sentido, torna-se particularmente relevante estudar estas representações em amostras de estudantes que, no contexto da sua prática profissional, irão contatar, de forma direta, com esta problemática, especificamente, estudantes de saúde, serviço social, e das forças militares.

Nesta linha, surgem os seguintes objetivos específicos:

- Investigar as diferenças entre os sexos relativamente às representações sociais da violência, e às táticas de resolução de conflito empregues no contexto das relações íntimas dos sujeitos.
- Analisar o impacto da formação no âmbito da VPI sobre as crenças em torno da violência sustentadas pela amostra.
- Averiguar a influência de variáveis sociodemográficas nas representações sociais da violência, com particular interesse na interação com a variável sexo.



**Figura 1** - Modelo concetual hipotético das relações entre as variáveis da presente investigação.

### III - Metodologia

#### 3.1. Descrição da amostra

A amostra do presente estudo é constituída por um total de 340 sujeitos, dos quais 187 (55%) responderam ao protocolo de investigação através da plataforma online do *LimeSurvey*, e os restantes 153 sujeitos (45%) foram recolhidos presencialmente.

De entre o total de sujeitos, 50 pertencem ao sexo masculino (14.7%) e 290 ao sexo feminino (85.3%), verificando-se, portanto, uma clara predominância de mulheres na amostra. As idades dos sujeitos encontram-se distribuídas dos 18 aos 60 anos, sendo a média de 23.75 anos (DP=6.95). A maioria dos indivíduos concentra-se na classe de idades entre os 18 e os 25 anos (80%).

Tendo o estudo incidido em estudantes do ensino superior, o ano ou grau académico mais frequentado é o 3.º ano (32.4%), seguido do 1.º ano (22.9%), 2.º ano (15.9%), 4.º ano (12.1%), 6.º ano (5.9%), 5.º ano (3.5%), pós-graduação (4.7%), e por fim, mestrado e doutoramento (ambos 1.2%).

O curso mais proeminente entre os estudantes da amostra é Serviço Social, reunindo um total de 172 sujeitos (50.6%). Segue-se Medicina (23.2%), Enfermagem (18.2), cursos de natureza militar (4.4%), e outros cursos de saúde (3.5%), como por exemplo, Radiologia e Farmácia.

No que diz respeito à zona de residência<sup>1</sup>, a maioria dos sujeitos reside no Norte (40.3%) e no Centro (36.5%) de Portugal Continental. Os restantes distribuem-se pela zona de Lisboa e Vale do Tejo (13.5%), seguida da região autónoma dos Açores (4.4%), Alentejo (2.4%), região autónoma da Madeira (1.5%), e com apenas dois sujeitos no Algarve (0.6%) (Tabela 1).

**Tabela 1. Caracterização da amostra – Variáveis sociodemográficas e recolha de dados**

		Sexo				Total	
Variáveis	Categorias	Masculino		Feminino		N=340	
		n=50 (14.7%)	n=290 (85.3%)	n	%	N	%
Recolha de dados	Internet	42	84	145	50	187	55
	Presencialmente	8	16	145	50	153	45
						<i>Missings=0</i>	0
Idade	18-25	24	48	248	85.5	272	80
	26-35	12	24	29	10	41	12.1
	36-45	12	24	7	2.4	19	5.6
	≥46	2	4	6	2.1	8	2.4

<sup>1</sup> A zona de residência foi classificada através do segundo nível da Nomenclatura das Unidades Territoriais Estatísticas (NUTS II), de acordo com a reorganização territorial inscrita no Decreto Lei 68/2008 de 14 de abril e retificações do Decreto Lei 85/2009 de 3 de abril.

						<i>Missings=1</i>	0.3
	1.º Ano	6	12	72	24.8	78	22.9
	2.º Ano	5	10	49	16.9	54	15.9
	3.º Ano	9	18	101	34.8	110	32.4
	4.º Ano	6	12	35	12.1	41	12.1
	5.º Ano	3	6	9	3.1	12	3.5
	6.º Ano	3	6	17	5.9	20	5.9
	Mestrado	0	0	4	1.4	4	1.2
	Pós-graduação	15	30	1	0.3	16	4.7
	Doutoramento	3	6	1	0.3	4	1.2
						<i>Missings=0</i>	0
	Enfermagem	4	8	58	20	62	18.2
	Medicina	19	38	60	20.7	79	23.2
	Militares	15	30	0	0	15	4.4
	Serviço Social	8	16	164	56.6	172	50.6
	Outros cursos de Saúde	4	8	8	2.8	12	3.5
						<i>Missings=3</i>	0.9
	Norte	11	22	126	43.4	137	40.3
	Centro	17	34	107	36.9	125	36.5
	Lisboa e Vale do Tejo	12	24	34	11.7	46	13.5
	Alentejo	1	2	7	2.4	8	2.4
	Algarve	1	2	1	0.3	2	0.6
	Região Autónoma dos Açores	5	10	10	3.4	15	4.4
	Região Autónoma da Madeira	2	4.9	3	1	5	1.5

Relativamente à história de violência familiar (Tabela 2), 13.2% da amostra reportou que, durante a infância e adolescência, presenciou violência física entre os pais/cuidadores, e 47.6% testemunhou violência verbal entre os mesmos. No que diz respeito à vitimização dos sujeitos, enquanto crianças e adolescentes, 39.4% refere ter sido vítima de castigos físicos, 16.2% de violência verbal, e 1.8% dos sujeitos assinalam terem sido forçados à realização de atos sexuais contra a sua vontade. Entre as subamostras, o sexo masculino reuniu maiores percentagens, tanto para o testemunho de violência como para a vitimização, exceto enquanto vítimas de violência verbal em casa (M=16% e F=16.2%).

Adicionalmente, foram analisadas as variáveis referentes à formação dos estudantes, no âmbito da temática em estudo (Tabela 3). Neste sentido, 77.6% afirmaram nunca ter recebido formação sobre a violência nas relações íntimas, em contraposição aos 22.4% que obtiveram formação sobre o tema. O número de formações realizadas variou entre uma (13.2%) e dez, correspondendo a esta última apenas um sujeito (0.3%).



**Tabela 2. Caracterização da amostra – História de violência familiar**

Variáveis	Categorias	Sexo				Total	
		Masculino		Feminino		N=340	
		n=50 (14.7%)	n=290 (85.3%)			N	%
		n	%	n	%		
Testemunho de violência						Missings=2	0.6
física entre pais/cuidadores	Não	43	86.0	250	86.2	293	86.2
	Sim	7	14.0	38	13.1	45	13.2
Testemunho de violência verbal entre pais/cuidadores	Não	21	42.0	156	53.8	177	52.1
	Sim	29	58.0	133	45.9	162	47.6
Vítima de castigos físicos em casa	Não	20	40.0	186	64.1	206	60.6
	Sim	30	60.0	104	35.9	134	39.4
Vítima de violência verbal em casa	Não	42	84.0	241	83.1	283	83.2
	Sim	8	16.0	47	16.2	55	16.2
Vítima de violência sexual	Não	48	96.0	285	98.3	333	97.9
	Sim	2	4.0	4	1.4	6	1.8

**Tabela 3. Caracterização da amostra – Formação em violência nas relações íntimas**

Variáveis	Categorias	Sexo				Total	
		Masculino		Feminino		N=340	
		n=50 (14.7%)	n=290 (85.3%)			N	%
		n	%	n	%		
Formação em VPI	Não	39	78.0	225	77.6	264	77.6
	Sim	11	22.0	65	22.4	76	22.4
Número de formações	Uma	5	10.0	40	13.8	45	13.2
	Duas	4	8.0	19	6.6	23	6.8
	Três	1	2.0	2	0.7	3	0.9
	Quatro	0	0.0	2	0.7	2	0.6
	Cinco	0	0.0	1	0.3	1	0.3
	Dez	1	2.0	0	0.0	1	0.3
Momento da formação, relativamente ao curso	Previamente	3	6.0	15	5.2	18	5.3
	Durante	6	12.0	50	17.2	56	16.5
	Posteriormente	3	6.0	7	2.4	10	2.9
Grau de concordância com a importância da formação em VPI	Discordo totalmente	6	12.0	1	0.3	7	2.1
	Discordo	2	4.0	0	0.0	2	0.6
	Nem concordo nem discordo	10	20.0	10	3.4	20	5.9

Concordo	20	40.0	84	29.0	104	30.6
Concordo totalmente	12	24.0	191	65.9	203	59.7

Face ao período em que os sujeitos frequentaram as formações, a maioria (16.5%) indica que ocorreram durante a sua formação académica de base, com os restantes a assinalar a altura prévia (5.3%) e a altura posterior ao curso (2.9%).

Por fim, os sujeitos foram inquiridos sobre o seu grau de concordância relativamente à seguinte afirmação: "No contexto do Curso que frequento, a formação sobre violência nas relações íntimas é importante", através de uma escala de *Likert* de cinco pontos. A resposta mais assinalada foi «concordo totalmente» (59.7%), seguida por «concordo» (30.6%), «nem concordo nem discordo» (5.9%), «discordo totalmente» (2.1%), e «discordo» (0.6%). Verificou-se uma discrepância evidente entre os sexos, em que o sexo masculino pontou mais nestas três últimas respostas do que o sexo feminino.

### 3.2. Instrumentos de avaliação

O protocolo de avaliação<sup>2</sup> apresentado aos nossos sujeitos foi composto por um questionário sociodemográfico adaptado à amostra-alvo, e por três instrumentos de autorresposta, pela seguinte ordem: Escalas de Táticas de Conflito Revisadas (*The Revised Conflict Tactics Scales – CTS-2*), Questionário de Violência Conjugal – Histórias (QRVC-HIS) e Questionário de Violência Conjugal – Causas, Manutenção e Resolução (QVC-CMR).

#### 3.2.1. Questionário sociodemográfico e dados complementares<sup>3</sup>

Este questionário pretende recolher informações acerca dos sujeitos, em quatro áreas principais. A primeira parte contém perguntas relativas aos dados sociodemográficos, tais como, sexo, idade, zona de residência, estado civil, estabelecimento de ensino, curso e ano frequentados e, ainda, questões sobre as características familiares (habilitações literárias e profissões dos pais, rendimento anual bruto do agregado familiar, etc.).

A secção seguinte procura averiguar a existência ou não de formação acerca da problemática em estudo, durante o percurso formativo dos respondentes, incluindo questões sobre o número de formações realizadas, e sobre a altura em que estas ocorreram.

A terceira área prende-se com a história familiar dos sujeitos, ao longo da infância e adolescência, de forma a apurar o testemunho de situações de violência entre os pais/cuidadores, a vitimização dos participantes, bem como, o consumo de álcool e/ou drogas por parte dos pais/cuidadores.

Por último, é colocada uma questão com o intuito de analisar os

<sup>2</sup> Anexo I.

<sup>3</sup> Anexo I, 2.

diferentes graus de legitimação da violência nas relações de casal, perante o consumo de substâncias como o álcool, a cannabis, a cocaína, e outras, por parte do agressor.

### 3.2.2. Escalas de Táticas de Conflito Revisadas (*The Revised Conflict Tactics Scales – CTS-2*)<sup>4</sup>

As Escalas de Táticas de Conflito Revisadas (*The Revised Conflict Tactics Scales – CTS-2*) (Straus, Hamby, Boney-McCoy, & Sugarman, 1996; Paiva & Figueiredo, 2006) pretendem avaliar a forma como os sujeitos resolvem os conflitos, nas suas relações íntimas, empregando estratégias de negociação ou de abuso.

Este instrumento compreende um total de 78 itens, em que cada item destinado ao sujeito se encontra replicado para obter informação acerca do comportamento do parceiro. Desta forma, os itens com número ímpar fornecem informação relativa à perpetração, e os itens pares correspondem à vitimização.

Os itens encontram-se agrupados em cinco subescalas: negociação (emocional e cognitiva), agressão psicológica, abuso físico sem sequelas, coerção sexual e abuso físico com sequelas. As últimas quatro encontram-se subdivididas por dois níveis de severidade: ligeiro e severo.

Para cada item o sujeito tem oito categorias de resposta, em que as primeiras seis pretendem determinar a cronicidade e prevalência das estratégias verificadas no último ano: [(1) uma vez, de há um ano para cá; (2) duas vezes, de há um ano para cá; (3) 3-5 vezes, de há um ano para cá; (4) 6-10 vezes, de há um ano para cá; (5) 11-20 vezes, de há um ano para cá; (6) mais de 20 vezes, de há um ano para cá], enquanto as restantes englobam a prevalência global: [(A) isso aconteceu-me noutra(s) relação(ões) e (0) Isso nunca aconteceu].

Relativamente às características psicométricas da versão portuguesa da escala, Paiva e Figueiredo (2006) encontraram valores para a consistência interna coerentes com os estudos referentes à escala original, em termos da perpetração (Negociação:  $\alpha=.73$ ; Agressão psicológica:  $\alpha=.68$ ; Abuso físico sem sequelas:  $\alpha=.78$ ; Coerção sexual:  $\alpha=.56$ ; Abuso físico com sequelas:  $\alpha=.50$ ), e da vitimização (Negociação:  $\alpha=.71$ ; Agressão psicológica:  $\alpha=.64$ ; Abuso físico sem sequelas:  $\alpha=.74$ ; Coerção sexual:  $\alpha=.51$ ; Abuso físico com sequelas:  $\alpha=.47$ ).

No presente estudo, os valores de *alpha de Cronbach*<sup>5</sup> indicam uma boa consistência interna, tanto para a perpetração (Negociação:  $\alpha=.829$ ; Agressão psicológica:  $\alpha=.722$ ; Abuso físico sem sequelas:  $\alpha=.939$ ; Coerção sexual:  $\alpha=.783$ ; Abuso físico com sequelas:  $\alpha=.849$ ), como para a vitimização (Negociação:  $\alpha=.844$ ; Agressão psicológica:  $\alpha=.740$ ; Abuso físico sem sequelas:  $\alpha=.949$ ; Coerção sexual:  $\alpha=.759$ ; Abuso físico com sequelas:  $\alpha=.932$ ).

---

<sup>4</sup> Anexo I, 3.

<sup>5</sup> Anexo II, 1.

### 3.2.3. Questionário de Violência Conjugal – Histórias (QRVC-HIS)<sup>6</sup>

O Questionário de Violência Conjugal – Histórias (QRVC-HIS) (Alarcão, Alberto, Camelo, & Correia, 2007) apresenta três histórias que retratam a existência de violência conjugal, em três casais diferentes. O objetivo da escala é avaliar as representações dos sujeitos face à legitimação/banalização da referida problemática.

Cada história está associada a um conjunto de dez afirmações, para as quais o respondente deve indicar o seu grau de concordância, através de uma escala de *Likert* de quatro pontos: (1) discordo completamente; (2) discordo; (3) concordo; (4) concordo completamente, sendo que, este último, corresponde a uma maior legitimação da violência.

A construção das histórias teve por base pressupostos teóricos presentes na literatura, concernentes com as diferentes conceções relativas à dinâmica da violência conjugal, bem como das suas causas e consequências. Neste sentido, foram considerados cinco fatores teóricos: a) legitimação e/ou banalização da violência conjugal; b) legitimação/justificação da violência pela conduta da vítima; c) legitimação/justificação da violência por fatores externos (*stress*, consumo, álcool,...); d) desvalorização/aceitação da violência em favor da privacidade/coesão familiar; e) (im)possibilidade de atribuição da violência ao agressor em função do seu estatuto social, económico e escolaridade.

No que diz respeito à consistência interna da escala, o estudo de validação de Aguilar (2010) revelou um valor elevado para o total ( $\alpha=.947$ ), bem como, para cada uma das histórias, com  $\alpha=.845$  na "História 1",  $\alpha=.906$  na "História 2" e  $\alpha=.888$  para a última história. De forma similar, o estudo de Paiva (2010) reporta valores de *alpha de Cronbach* elevados ( $\alpha=.91$  para o total;  $\alpha=.72$  para a História 1;  $\alpha=.86$  para a História 2; e  $\alpha=.83$  para a História 3).

Relativamente à amostra em estudo, os valores de *alpha de Cronbach*<sup>7</sup> obtidos revelaram também uma boa consistência interna, tanto para o total ( $\alpha=.946$ ), como para as três histórias separadamente (História 1:  $\alpha=.823$ ; História 2:  $\alpha=.899$ ; e História 3:  $\alpha=.888$ ).

### 3.2.4. Questionário de Violência Conjugal – Causas, Manutenção e Resolução (QVC-CMR)<sup>8</sup>

O Questionário de Violência Conjugal – Causas, Manutenção e Resolução (QVC-CMR) (Alarcão, Alberto, Camelo, & Correia, 2007) é composto por três grupos de 14 afirmações, em que cada um corresponde a fatores que podem contribuir para a ativação da violência, para a sua manutenção, e para a sua resolução. Para cada afirmação, o respondente deve indicar o seu grau de concordância, recorrendo a uma escala de *Likert* de quatro pontos, em que "1" corresponde a "discordo totalmente" e "4" a

<sup>6</sup> Anexo I, 4.

<sup>7</sup> Anexo II, 2.

<sup>8</sup> Anexo I, 5.

"concordo totalmente".

As afirmações presentes em cada conjunto de fatores podem ser globalmente agrupadas em três níveis distintos, designadamente as que são atribuídas ao agressor, à vítima, e ao contexto (filhos, família e sociedade).

Os valores de *alpha de Cronbach* reportados por Aguilar (2010) indicam um elevado grau de consistência interna da escala: fatores de ativação ( $\alpha=.878$ ), manutenção ( $\alpha=.83$ ), e resolução ( $\alpha=.84$ ). Também no estudo de Paiva (2010) foram encontrados valores de consistência interna elevados para os dois primeiros subgrupos ( $\alpha=.83$  e  $\alpha=.80$ , respetivamente), contudo, para o último, o *alpha de Cronbach* obtido foi de 0.60.

No que concerne à presente amostra, os valores de *alpha de Cronbach*<sup>9</sup> revelaram, igualmente, uma boa consistência interna: fatores de ativação ( $\alpha=.863$ ), manutenção ( $\alpha=.83$ ), e resolução ( $\alpha=.816$ ).

### 3.3. Procedimentos de investigação

A presente investigação insere-se no contexto de uma equipa composta por cinco estudantes, cuja temática principal das dissertações de mestrado se prendia com o estudo das representações sociais da violência entre parceiros íntimos, embora com diferentes amostras-alvo.

A recolha da nossa amostra foi realizada conjuntamente com uma das alunas da equipa, com recurso a uma plataforma de criação e gestão de inquéritos *online* –*LimeSurvey*–, bem como através de protocolos em formato papel, recolhidos presencialmente. Esta recolha decorreu entre fevereiro e maio de 2014, segundo um processo de amostragem não-probabilística por conveniência (Maroco, 2007).

O protocolo de investigação foi ordenado da seguinte forma: Questionário sociodemográfico; Escalas de Táticas de Conflito Revisadas (*The Revised Conflict Tactics Scales* – CTS-2); Questionário de Violência Conjugal – Histórias (QRVC-HIS); e Questionário de Violência Conjugal – Causas, Manutenção e Resolução (QVC-CMR).

Anteriormente à sua participação, todos os sujeitos foram informados acerca da voluntariedade da mesma e do anonimato e confidencialidade das informações fornecidas por estes. Para este efeito, o protocolo foi acompanhado de um documento relativo ao "Consentimento Informado"<sup>10</sup>, apresentado separadamente dos instrumentos.

### 3.4. Procedimentos estatísticos

As análises estatísticas apresentadas foram efetuadas recorrendo ao *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) versão 20.0 para *Windows*, no qual foi definido como nível de significância  $p<.05$ .

A escolha de testes paramétricos prendeu-se com a indicação de que

---

<sup>9</sup> Anexo II, 3.

<sup>10</sup> Anexo I, 1.

para amostras grandes, isto é, com uma dimensão superior a 30 sujeitos, a distribuição da média amostral é satisfatoriamente aproximada à normal, sendo estes testes robustos à violação dos pressupostos da normalidade, bem como da homogeneidade das variâncias (Maroco, 2007; Pereira, 2008).

Primeiro, foram efetuados estudos de fidelidade para as diferentes escalas utilizadas – CTS-2, QRVC-HIS e QVC-CMR – e respetivas subescalas, no sentido de determinar a consistência interna das mesmas, na presente amostra.

De seguida, foram realizadas as estatísticas descritivas para as crenças em torno da violência conjugal (QRVC-HIS e QVC-CMR) e para as táticas de resolução de conflitos nas relações íntimas (CTS-2). O teste *t* para amostras independentes (*t* de *Student*) permitiu estudar a influência do sexo nas variáveis dependentes supracitadas.

Adicionalmente, foram empregues testes *t* de *Student* para averiguar a relação entre a formação em VPI e as crenças em torno da mesma (QRVC-HIS), de forma a perceber se a obtenção de formação pelos estudantes da amostra contribuiu para uma maior ou menor legitimação da violência.

Por fim, recorreu-se à ANOVA a dois fatores (ANOVA *two-way*) para analisar a interação entre o sexo e variáveis sociodemográficas, como a idade, o curso e ano frequentados e a zona de residência, acompanhada por testes *post-hoc* de comparações múltiplas de médias, concretamente o teste de Tukey, já que Maroco (2007, p.161) defende que este "é um dos mais robustos a desvios à normalidade e homogeneidade das variâncias".

## IV - Resultados

### 4.1. Representações sociais em torno da violência conjugal (QRVC-HIS e QVC-CMR)

Em primeiro lugar foram analisadas as duas afirmações mais e menos pontuadas pelos sujeitos, para cada história e por sexo<sup>11</sup>. Na primeira história, os dois subgrupos mostraram-se concordantes relativamente aos itens mais pontuados, atribuindo uma maior legitimação da violência pelo agressor andar "mais nervoso" (M=1.69; DP=0.859), e em favor de manter as agressões como "questões privadas" (M=1.48; DP=0.738). As afirmações menos pontuadas pela amostra foram também coincidentes, revelando uma baixa atribuição da violência à conduta da vítima, nomeadamente "porque ela o impede de chegar a horas às reuniões" (M=1.08; DP=0.292) e "porque ela lhe dá razões" (M=1.12; DP=0.377). Este último obteve a mesma média que o item 4 (M=1.12; DP=0.392), o qual defende que o agressor "será incapaz de ser violento na própria casa", pela sua simpatia fora desta.

Na História 2, a afirmação com média superior foi transversal entre os sexos, atribuindo a violência ao cansaço da agressora (M=1.84; DP=0.861). O segundo item mais pontuado pelo subgrupo feminino justifica o recurso à

---

<sup>11</sup> Anexo III, 1.

violência pela "pouca escolaridade" (M=1.50; DP=0.717), enquanto o subgrupo masculino remete para o comportamento da vítima: "é capaz de merecer alguns ralhos" (M=1.72; DP=0.834). Entre os itens menos pontuados pela subamostra feminina encontra-se o item 3 (M=1.28; DP=0.522) e o item 9 (M=1.30; DP=0.534), que traduzem a desvalorização da violência pela idade da agressora. Este último é o menos pontuado pelo sexo masculino (M=1.34; DP=0.519), seguido pelo item 4 (M=1.36; DP=0.563) que legitima os atos da agressora pela sua "vida muito difícil".

Na última história, os dois itens mais pontuados foram, mais uma vez, concordantes entre as subamostras, legitimando a agressividade pelo consumo de "vinho" (M=1.74; DP=0.792) e favorecendo a manutenção do casamento (M=1.44; DP=0.673). O item com a média mais baixa é igual em ambos os sexos, traduzindo a desvalorização da violência pela vítima nunca ter necessitado de "cuidados médicos" (M=1.17; DP=0.409). O segundo item menos pontuado pelo sexo feminino remete para a "pouca instrução e sensibilidade" do agressor (M=1.18; DP=0.522), enquanto o sexo masculino revela menor legitimação no sentido da culpabilização da vítima: "porque gosta de provocar" e "fazer-se de vítima" (ambos: M=1.28; DP=0.454).

Todavia, é importante notar que, entre as três histórias, a média de concordância dos sujeitos em todos os itens se posicionou entre o "discordo completamente" e o "discordo", o que indicia uma baixa legitimação da violência na amostra.

**Tabela 4. Análise descritiva das respostas ao QRVC-HIS por sexo**

	Masculino M (DP)	Feminino M (DP)	Total M (DP)
História 1	13.04 (3.181)	12.33 (3.266)	12.44 (3.259)
História 2	15.34 (4.745)	14.08 (4.468)	14.26 (4.524)
História 3	14.06 (3.867)	12.81 (3.773)	13.00 (3.807)
História total	42.44 (10.406)	39.22 (10.570)	39.69 (10.592)

A partir da análise descritiva (Tabela 4) foi possível constatar que a subamostra masculina apresenta valores superiores para as médias de cada história e para o total (M=42.44; DP=10.406), comparativamente à subamostra feminina (M=39.22; DP=10.570). Isto é, na presente amostra, o sexo masculino legitima mais a violência no âmbito das relações íntimas.

Através da comparação das médias dos dois subgrupos<sup>12</sup>, verificou-se a existência de diferenças estatisticamente significativas, embora com uma dimensão do efeito<sup>13</sup> pequena, na História 3 [t (338) = -2.149; p=.032; d= -.329] e no total das histórias [t (338) = -1.994; p=.047; d= -.305], sugerindo uma maior legitimação da violência, por parte do sexo masculino.

Comparando as histórias, a História 2 obteve médias superiores, em ambos os sexos, o que traduz uma maior legitimação da violência perante o

<sup>12</sup> Anexo III, 2.

<sup>13</sup> As medidas de dimensão de efeito, particularmente, o *d* de Cohen, referenciadas na presente tese, foram calculadas através da página da *internet*: [http://www.campbellcollaboration.org/resources/effect\\_size\\_input.php](http://www.campbellcollaboration.org/resources/effect_size_input.php).

retrato de um casal idoso, em que a mulher é a agressora. Pelo contrário, a História 1, que apresenta um casal de nível socioeconômico superior, em que a mulher é a vítima, revelou uma menor legitimação na amostra total.

Para a análise descritiva do QVC-CMR foram considerados os três itens que obtiveram as médias mais altas e mais baixas, para a amostra total e por sexo. Assim, a amostra destaca como principais causas da violência conjugal (Tabela 5), os "antecedentes de violência" (M=2.89; DP=0.777), as "dificuldades econômicas" (M=2.78; DP=0.753) e os "consumos de álcool ou drogas" (M=2.76; DP=0.75), sendo que, em vez deste último, o sexo masculino seleciona a "baixa autoestima do agressor" (M=2.70; DP=0.909). Entre as causas com menor grau de concordância surgem: o "comportamento provocador da vítima" (M=1.83; DP=0.755), o "baixo grau de instrução do agressor" (M=1.97; DP=0.801) e os "problemas/dificuldades criadas pelos filhos" (M=2.02; DP=0.789). Neste âmbito, o subamostra masculina diferencia-se relativamente ao segundo e terceiro fatores, pontuando menos a "doença mental da vítima" (M=2; DP=0.833) e a "interferência de outros familiares" (M=2.02; DP=0.714).

**Tabela 5. Fatores de ativação da violência conjugal por sexo (QVC-CMR)**

	Masculino M (DP)	Feminino M (DP)	Total M (DP)
Consumos de álcool/drogas do agressor	2.64 (0.851)	2.78 (0.731)	2.76 (0.750)
Doença mental do agressor	2.58 (0.835)	2.77 (0.678)	2.74 (0.706)
Baixo grau de instrução do agressor	2.16 (0.766)	1.94 (0.804)	1.97 (0.801)
Baixa autoestima do agressor	2.70 (0.909)	2.70 (0.825)	2.70 (0.837)
Doença mental da vítima	2.00 (0.833)	2.12 (0.864)	2.11 (0.859)
Comportamento provocador da vítima	1.84 (0.738)	1.83 (0.760)	1.83 (0.755)
Fragilidade emocional da vítima	2.26 (0.828)	2.50 (0.897)	2.46 (0.890)
Interferência de outros familiares	2.02 (0.714)	2.20 (0.840)	2.17 (0.824)
Problemas/dificuldades criadas pelos filhos	2.08 (0.853)	2.01 (0.778)	2.02 (0.789)
Relações extraconjugais	2.52 (0.789)	2.66 (0.843)	2.64 (0.835)
Antecedentes de violência na família	2.88 (0.872)	2.89 (0.761)	2.89 (0.777)
Aceitação social da violência	2.46 (0.952)	2.57 (0.875)	2.55 (0.886)
Isolamento social do casal/família	2.68 (0.741)	2.68 (0.784)	2.68 (0.777)
Dificuldades econômicas do casal/família	2.70 (0.707)	2.79 (0.762)	2.78 (0.753)

Relativamente aos fatores que mais contribuem para a manutenção da violência conjugal (Tabela 6), os sujeitos identificam a "ausência de denúncia" (M=3.55; DP=0.595), as "promessas de mudança" (M=3.43; DP=0.608) e a "falta de confiança na justiça" (M=3.40; DP=0.618), sendo que o subgrupo masculino substitui o segundo fator pelo "medo de retaliações" (M=3.43; DP=0.608). Entre os fatores menos pontuados na amostra total apresentam-se a "interferência de outros familiares" (M=2.66; DP=0.757), a "aceitação social da violência" (M=2.73; DP=0.843), e a "ameaça de suicídio" (M=3.43; DP=0.608). Importa referir que este último se constitui como o fator menos pontuado pela subamostra masculina, enquanto o subgrupo feminino inclui entre os menos pontuados a "valorização da união familiar" (M=2.92; DP=0.758).



**Tabela 6. Fatores de manutenção da violência conjugal por sexo (QVC-CMR)**

	Masculino M (DP)	Feminino M (DP)	Total M (DP)
Ausência de denúncia	3.36 (0.722)	3.58 (0.566)	3.55 (0.595)
Falta de confiança na eficácia da justiça	3.38 (0.667)	3.40 (0.611)	3.40 (0.618)
Valorização da união familiar	2.84 (0.792)	2.92 (0.758)	2.91 (0.762)
Existência de filhos	2.88 (0.918)	3.08 (0.802)	3.05 (0.822)
Isolamento social da vítima e/ou família	2.92 (0.634)	3.17 (0.628)	3.13 (0.634)
Falta de conhecimento da vítima sobre como pedir ajuda	3.12 (0.594)	3.06 (0.723)	3.07 (0.705)
Ambivalência da vítima face ao agressor	3.12 (0.594)	3.13 (0.633)	3.13 (0.626)
Medo de retaliações	3.30 (0.707)	3.30 (0.668)	3.30 (0.673)
Desconhecimento da vítima relativamente aos seus direitos	3.06 (0.682)	3.07 (0.748)	3.06 (0.738)
Ameaça de suicídio por parte do agressor	2.50 (0.763)	2.95 (0.767)	2.88 (0.782)
Promessas de mudança	3.26 (0.633)	3.46 (0.600)	3.43 (0.608)
Ternura do agressor fora dos momentos de violência	3.08 (0.601)	3.34 (0.626)	3.30 (0.628)
Aceitação social da violência	2.62 (0.855)	2.75 (0.840)	2.73 (0.843)
Interferência de outros familiares	2.56 (0.812)	2.68 (0.748)	2.66 (0.757)

**Tabela 7. Fatores de resolução da violência conjugal por sexo (QVC-CMR)**

	Masculino M (DP)	Feminino M (DP)	Total M (DP)
Afastar o agressor	3.16 (0.710)	3.39 (0.615)	3.36 (0.634)
Condenar mais agressores	3.14 (0.700)	3.37 (0.665)	3.34 (0.674)
Estimular a denúncia	3.52 (0.614)	3.71 (0.475)	3.69 (0.502)
Estimular a separação/divórcio do casal	2.58 (0.835)	3.07 (0.683)	3.00 (0.727)
Proteger a vítima e os filhos	3.62 (0.602)	3.72 (0.478)	3.71 (0.498)
Mudar o comportamento da vítima	2.52 (0.953)	3.12 (0.806)	3.04 (0.855)
Tratar o agressor	3.30 (0.678)	3.37 (0.643)	3.36 (0.648)
Tratar o casal	3.04 (0.781)	3.00 (0.858)	3.00 (0.847)
Informar mais a população geral sobre as consequências da violência conjugal	3.42 (0.609)	3.57 (0.561)	3.55 (0.570)
Melhorar as condições socioeconómicas das famílias	3.12 (0.746)	2.94 (0.813)	2.96 (0.805)
Aumentar os direitos da mulher	2.48 (0.839)	2.92 (0.819)	2.85 (0.836)
Aumentar os tempos de lazer das famílias	2.92 (0.695)	2.86 (0.798)	2.86 (0.783)
Intervenção de outros familiares, amigos, vizinhos	2.78 (0.679)	2.81 (0.789)	2.81 (0.773)
Educação para a prevenção da violência logo na escolaridade obrigatória	3.44 (0.644)	3.60 (0.544)	3.58 (0.562)

Por fim, a amostra apura como principais fatores de resolução da violência (Tabela 7): "proteger a vítima e os filhos" (M=3.71; DP=0.498), "estimular a denúncia" (M=3.69; DP=0.502), e "educação para a prevenção

da violência" (M=3.58; DP=0.562), sendo esta seleção transversal entre as subamostras. Os fatores considerados pelos sujeitos como menos importantes para cessar a violência foram a "intervenção de outros" (M=2.81; DP=0.773), "aumentar os direitos da mulher" (M=2.85; DP=0.836), e "aumentar os tempos de lazer" (M=2.86; DP=0.783). A subamostra masculina mantém o segundo fator referido, mas diferencia-se ao pontuar menos nos itens: "mudar o comportamento da vítima" (M=2.52; DP=0.953) e "estimular a separação/divórcio do casal" (M=2.58; DP=0.835).

#### 4.2. Resolução de conflitos entre parceiros íntimos (CTS-2)

Para as estatísticas referentes ao CTS-2 foram apenas contabilizados os sujeitos que indicaram estar uma relação atual (n=230). Neste sentido, as respostas analisadas limitam-se ao período de um ano, precedente à data da recolha da amostra, traduzindo-se em termos da perpetração e vitimização em dois níveis distintos<sup>14</sup>: prevalência (Tabela 8) e cronicidade (Tabela 9).

**Tabela 8. Prevalência das táticas de resolução de conflitos nas relações íntimas (CTS-2)**

Escalas/ Subescalas	Perpetração						Vitimização					
	Masculino		Feminino		Total		Masculino		Feminino		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	N	%
<b>Negociação</b>												
Emocional	31	100	199	100	230	100	31	100	198	99.5	229	99.6
Cognitiva	31	100	197	99	228	99.1	31	100	196	98.5	227	98.7
<b>Agressão psicológica</b>												
Ligeiro	21	67.7	149	74.9	170	73.9	19	61.3	137	68.8	156	67.8
Severo	4	12.9	47	23.6	51	22.2	4	12.9	42	21.1	46	20
<b>Abuso físico s/ sequelas</b>												
Ligeiro	3	9.7	52	26.1	55	23.9	6	19.4	43	21.6	49	21.3
Severo	2	6.5	19	9.5	21	9.1	3	9.7	16	8	19	8.3
<b>Coerção sexual</b>												
Ligeiro	8	25.8	31	15.6	39	17	5	16.1	48	24.1	53	23
Severo	1	3.2	8	4	9	3.9	2	6.5	12	6	14	6.1
<b>Abuso físico c/ sequelas</b>												
Ligeiro	2	6.5	15	7.5	17	7.4	1	3.2	12	6	13	5.7
Severo	1	3.2	7	3.5	8	3.5	1	3.2	7	3.5	8	3.5

<sup>14</sup> A prevalência corresponde à percentagem de sujeitos que pontuam pelo menos uma vez nos itens que compõem cada escala, e a cronicidade refere-se à frequência dos atos contemplados em cada escala (Paiva & Figueiredo, 2006).

No que diz respeito à perpetração, a totalidade dos sujeitos pontuou positivamente na escala de negociação emocional, tendo a escala de negociação cognitiva obtido também uma elevada percentagem na amostra (99.1%). Entre as formas de abuso, a agressão psicológica ligeira constituiu-se como a tática mais reportada (73.9%), seguida do abuso físico sem sequelas ligeiro (23.9%), agressão psicológica severa (22.2%), coerção sexual ligeira (17%), abuso físico sem sequelas severo (9.1%), abuso físico com sequelas ligeiro (7.4%), coerção sexual severa (3.9%), e abuso físico com sequelas severo (3.5%).

De forma similar, em termos da vitimização, a negociação emocional (99.6%) reúne uma percentagem ligeiramente superior à negociação cognitiva (98.7%). A agressão psicológica ligeira revela-se, novamente, como a tática abusiva mais assinalada (67.8%), seguida da coerção sexual ligeira (23%), abuso físico sem sequelas ligeiro (21.3%), agressão psicológica severa (20%), abuso físico sem sequelas severo (8.3%), coerção sexual severa (6.1%), abuso físico com sequelas ligeiro (5.7%) e, finalmente, abuso físico com sequelas severo (3.5%).

Quanto às diferenças entre os sexos, a subamostra feminina revelou uma maior percentagem na perpetração de todas as táticas abusivas, exceto na subescala de coerção sexual ligeira ( $M=25.8\%$  e  $F=15.6\%$ ). No entanto, este padrão não se replica nos resultados da vitimização, já que o subgrupo masculino agrega percentagens superiores no abuso físico sem sequelas severo (9.7%), e na coerção sexual severa (6.5%), comparativamente com o feminino (8% e 6% respetivamente).

Através dos índices de cronicidade (Tabela 9), foi possível constatar que as participantes femininas reuniram médias superiores em todas as subescalas, em termos da perpetração. Isto é, a subamostra feminina assume a perpetração de mais atos envolvendo negociação, mas também pontua mais nas táticas abusivas, comparativamente ao sexo masculino.

Todavia a comparação estatística das médias<sup>15</sup>, entre as duas subamostras, revelou diferenças estatisticamente significativas<sup>16</sup> apenas nas subescalas de negociação cognitiva [ $t(48.982) = 2.630$ ;  $p=.011$ ;  $d=.508$ ], agressão psicológica ligeira [ $t(140.054) = 4.195$ ;  $p<.001$ ;  $d=.81$ ] e agressão psicológica severa [ $t(219.664) = 3.032$ ;  $p=.003$ ;  $d=.585$ ]. A dimensão do efeito é média para a primeira e terceira subescalas supracitadas, e grande para a agressão psicológica ligeira, o que confirma a existência de uma perpetração superior do sexo feminino nestas táticas.

Analisando a vitimização, as participantes femininas reportam mais atos dos seus companheiros no âmbito da negociação, mas também assinalaram sofrer mais atos abusivos, em todas as subescalas. Com o teste  $t$  para amostras independentes<sup>17</sup>, encontramos diferenças estatisticamente significativas<sup>16</sup> de dimensão pequena e média, respetivamente, na subescala de negociação cognitiva [ $t(48.197) = 2.423$ ;  $p=.019$ ;  $d=.468$ ] e de agressão psicológica ligeira [ $t(119.128) = 3.544$ ,  $p=.001$ ;  $d=.684$ ], corroborando a

<sup>15</sup> Anexo III, 3.

<sup>16</sup> Nas ditas subescalas a homogeneidade das variâncias não está assegurada.

<sup>17</sup> Anexo III, 4.

existência de uma maior vitimização feminina somente para estas táticas.

**Tabela 9. Cronicidade das táticas de resolução de conflitos nas relações íntimas (CTS-2)**

Escalas/ Subescalas	Perpetração			Vitimização		
	Masculino 31 (13.5) M (DP)	Feminino 199 (86.5) M (DP)	Total N=230 M (DP)	Masculino 31 (13.5) M (DP)	Feminino 199 (86.5) M (DP)	Total N=230 M (DP)
<b>Negociação</b>						
Emocional	40.35 (23.101)	47.13 (21.740)	46.21 (21.999)	38.65 (22.895)	46.47 (22.285)	45.42 (22.477)
Cognitiva	23.71 (16.632)	32.62 (22.522)	31.42 (22.002)	22.29 (17.092)	30.69 (22.699)	29.56 (22.181)
<b>Agressão psicológica</b>						
Ligeiro	3.19 (4.175)	8.17 (12.969)	7.50 (12.273)	2.77 (3.956)	6.51 (10.975)	6 (10.384)
Severo	0.23 (0.762)	1.84 (7.279)	1.63 (6.796)	0.23 (0.669)	1.44 (6.119)	1.27 (5.710)
<b>Abuso físico s/ sequelas</b>						
Ligeiro	0.45 (1.410)	2.15 (9.569)	1.92 (8.931)	0.52 (1.313)	1.76 (8.720)	1.59 (8.134)
Severo	0.26 (1.264)	1.18 (9.480)	1.06 (8.833)	0.29 (1.270)	1.13 (9.152)	1.01 (8.527)
<b>Coerção sexual</b>						
Ligeiro	1.61 (4.814)	1.94 (7.050)	1.90 (6.784)	1.29 (4.769)	2.38 (7.091)	2.23 (6.826)
Severo	0.13 (0.718)	0.74 (6.604)	0.66 (6.149)	0.26 (0.999)	0.74 (7.200)	0.67 (6.707)
<b>Abuso físico c/ sequelas</b>						
Ligeiro	0.10 (0.396)	0.59 (3.671)	0.53 (3.421)	0.06 (0.359)	0.41 (2.839)	0.37 (2.646)
Severo	0.13 (0.718)	0.75 (6.198)	0.67 (5.773)	0.13 (0.718)	0.56 (5.785)	0.5 (5.388)

#### 4.3. Relação entre a formação e as crenças em torno da violência conjugal (QRVC-HIS)

Considerando a amostra total, procurou-se estudar a relação entre a obtenção de formação sobre o tema da violência nas relações íntimas e as crenças sustentadas pelos sujeitos em torno desta forma de violência, com o intuito de perceber se os estudantes que realizaram formação legitimam mais ou menos o recurso à violência no contexto das relações íntimas.

Através da análise descritiva (Tabela 10), é possível observar que as médias obtidas pelo subgrupo que reportou ter realizado formação são inferiores, relativamente às médias dos estudantes que responderam negativamente à questão, o que aponta no sentido dos primeiros subscreverem menos a uso da violência nas relações íntimas, em todas as histórias expostas.

**Tabela 10. Análise descritiva da relação entre a formação em VPI e as crenças em torno da violência conjugal (QRVC-HIS)**

	Formação em VPI	
	Não	Sim
	264 (77.6)	76 (22.4)
	M (DP)	M (DP)
História 1	12.64 (3.423)	11.72 (2.501)
História 2	14.62 (4.692)	13.01 (3.646)
História 3	13.22 (3.978)	12.24 (3.041)
História total	40.48 (10.987)	36.97 (8.612)

Procedendo-se à comparação de médias<sup>18</sup>, os resultados apoiam a presença de diferenças estatisticamente significativas<sup>19</sup> entre os dois subgrupos, embora com dimensões do efeito pequenas, para cada história e para o total: História 1 [t (164.056) = 2.575; p=.011; d=.335], História 2 [t (153.607) = 3.164; p=.002; d=.412], História 3 [t (156.275) = 2.297; p=.023; d=.299], e História total [t (152.227) = 2.927; p=.004; d=.381], no sentido de uma maior legitimação da violência pelo subgrupo de estudantes que afirmou nunca ter recebido formação sobre a problemática em estudo.

#### **4.4. Impacto das variáveis sociodemográficas nas representações sociais da violência entre parceiros íntimos**

A fim de estudar a influência da variável sexo, em conjunto com cada uma das variáveis sociodemográficas selecionadas, nas variáveis dependentes – QRVC-HIS e CTS-2 –, recorreremos à ANOVA *two-way*.

##### **4.4.1. Interação sexo/idade<sup>20</sup>**

No que diz respeito às crenças em torno da violência conjugal (QRVC-HIS), os resultados indicam que a interação entre o sexo e a idade é estatisticamente significativa apenas na História 3 [F (3,332) = 2.885; p=.036; f= -.333], apesar da dimensão do efeito ser pequena. Contingentemente, o teste *post-hoc* de Tukey<sup>21</sup> revelou uma diferença

<sup>18</sup> Anexo III, 5.

<sup>19</sup> A homogeneidade das variâncias não está assegurada.

<sup>20</sup> Anexo III, 7 e 8.

<sup>21</sup> Anexo III, 7.

estatisticamente significativa entre a média do subgrupo de sujeitos com idade superior a 46 anos ( $M=16.75$ ;  $DP=5.12$ ) relativamente à média da classe dos 18 aos 25 anos ( $M=12.87$ ;  $DP=3.796$ ), bem como, da classe dos 36 aos 45 anos ( $M=12.58$ ;  $DP=2.735$ ). Isto é, na presente amostra, os sujeitos com idade superior a 46 anos legitimaram mais a violência, no âmbito da História 3 (agressor com consumos de álcool e vítima grávida), em comparação com os sujeitos dos 18 aos 25 anos, e dos 36 aos 45 anos.

Para a História 1 [ $F(3,332) = 1.596$ ;  $p=.190$ ;  $f= -.219$ ], História 2 [ $F(3,332) = 1.325$ ;  $p=.266$ ;  $f= -.281$ ] e para o total [ $F(3,332) = 1.997$ ;  $p=.114$ ;  $f= -.308$ ] a interação entre o sexo e a idade não se revelou estatisticamente significativa, sendo as dimensões do efeito pequenas. O mesmo se aplica relativamente às diferentes táticas de resolução de conflitos contempladas no CTS-2, quer em termos da perpetração como da vitimização ( $p>.05$ ).

#### 4.4.2. Interação sexo/área de estudo<sup>22</sup>

Na interação entre o sexo e a área de estudo, os resultados apontam para a inexistência de diferenças estatisticamente significativas, acompanhadas de dimensões do efeito pequenas, em todas as histórias: História 1 [ $F(3,331) = 2.484$ ;  $p=.061$ ;  $f= -.217$ ], História 2 [ $F(3,331) = 1.341$ ;  $p=.261$ ;  $f= -.283$ ], História 3 [ $F(3,331) = 1.504$ ;  $p=.213$ ;  $f= -.331$ ], e também no total [ $F(3,331) = 1.886$ ;  $p=.132$ ;  $f= -.307$ ].

De forma similar, não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas no que concerne as escalas que constituem o CTS-2 ( $p>.05$ ).

#### 4.4.3. Interação sexo/ano ou grau académico<sup>22</sup>

Os resultados referentes à interação entre o sexo e o ano ou grau académico frequentado remetem para a inexistência de diferenças estatisticamente significativas nas três histórias: História 1 [ $F(7,322) = 1.325$ ;  $p=.237$ ;  $f= -.213$ ], História 2 [ $F(7,322) = 1.658$ ;  $p=.119$ ;  $f= -.274$ ], História 3 [ $F(7,322) = 1.508$ ;  $p=.164$ ;  $f= -.324$ ], e no total [ $F(7,322) = 1.439$ ;  $p=.189$ ;  $f= -.299$ ], sendo também as dimensões do efeito pequenas.

O mesmo se verifica nos resultados obtidos para as diferentes táticas de resolução de conflitos, no contexto das relações íntimas dos sujeitos, representadas no CTS-2 ( $p>.05$ ).

#### 4.4.4. Interação sexo/zona de residência<sup>22</sup>

Por fim, a interação entre o sexo e zona de residência aponta, mais uma vez, para a inexistência de diferenças estatisticamente significativas e magnitudes do efeito pequenas, em cada história: História 1 [ $F(6,323) = .379$ ;  $p=.892$ ;  $f= -.224$ ], História 2 [ $F(6,323) = 1.652$ ;  $p=.132$ ;  $f= -.254$ ],

---

<sup>22</sup> Anexo III, 7 e 8.

História 3 [F (6,323) = .983; p=.436; f= -.329], e no total [F (6,323) = .915; p=.484; f= -.297].

Também nas escalas do CTS-2, os resultados não revelaram diferenças estatisticamente significativas (p>.05).

## V - Discussão

Antes de iniciar a reflexão sobre os resultados obtidos no presente estudo importa pontuar que este é exploratório, pelo que as hipóteses apresentadas constituem apenas possíveis leituras sobre os mesmos. Neste sentido, a generalização para a população geral implica alguma precaução. Ainda assim, consideramos que os resultados expostos podem oferecer informação pertinente acerca da problemática em estudo.

### 5.1. Representações sociais em torno da violência conjugal

Considerando a amostra total, a análise dos resultados do QRVC-HIS aponta para uma baixa legitimação da violência conjugal, o que é congruente com outros estudos realizados com estudantes do ensino superior (Baptista, 2013; Caridade et al., 2007; Machado et al., 2010; Machado et al., 2003; Mendes & Cláudio, 2010; Paiva, 2010; Vieira, 2013). Esta reduzida legitimação poderá ser entendida pelo facto do ensino universitário promover o confronto com novas ideias e relações, e suscitar desafios a nível pessoal, que potenciam mudanças significativas, em termos dos valores e das atitudes (Machado et al., 2003). Adicionalmente, a mudança de atitudes social e o crescente interesse dos *media* na problemática em estudo constituem fatores passíveis de afetar os posicionamentos atitudinais dos jovens adultos (Caridade et al., 2007; Machado et al., 2003).

Todavia, os sujeitos revelaram maior legitimação da violência na História 2, podendo-se hipotetizar que a violência conjugal entre idosos aliada à perpetração feminina é mais banalizada ou considerada como menos grave pela nossa amostra. De facto, Dias (2004) alerta para o mito mantido durante muito tempo, segundo o qual a terceira idade era concebida como um período de "*golden age*", o que contribuiu para que esta forma de violência fosse tardiamente reconhecida como um problema social, e para a sua invisibilidade atual. Na mesma linha, estudos com amostras de estudantes e profissionais da área social constataram que a mesma situação de violência era percecionada como menos grave e perigosa quando retratava um casal idoso, comparativamente a um casal mais jovem (Kane, Green, & Jacobs, 2010; Yechezkel & Ayalon, 2013). Neste sentido, os autores defendem a necessidade de desafiar o mito, mantido por estudantes e profissionais desta área, de que todas as relações íntimas entre idosos são harmoniosas e inócuas de violência, através de formação que incida nos preconceitos baseados na idade (idem, ibidem).

Adicionalmente, a vitimização masculina constitui uma problemática

pouco reconhecida globalmente (Straus, 2008). Particularmente em Portugal, Carmo, Grams, e Magalhães (2011) apuraram que, entre o total de casos de violência entre parceiros íntimos, observados nos serviços de medicina legal do Porto, apenas 11.5% se referiam a vítimas masculinas, pontuando que esta percentagem poderá estar subestimada pelo facto dos homens não denunciarem e ocultarem a sua vitimização, e pelas lesões infligidas nestes serem mais leves.

A segunda história que obteve resultados de legitimação mais altos, entre os estudantes da nossa amostra, centra-se num casal em que a vítima se encontra grávida e o agressor tem consumos de álcool (História 3). Sendo que, a afirmação que registou maior concordância prende-se com a atribuição dos comportamentos agressivos à "bebida". De acordo com as estatísticas da APAV (2013), entre o total de perpetradores adultos contabilizados no ano de 2012, 17.4% eram dependentes de álcool, em contraposição com apenas 7.1% que não tinham qualquer tipo de dependência, o que sugere alguma sobreposição entre o consumo de álcool e a violência. A este propósito, Alexander (1993) pontua que, o abuso de álcool alivia o agressor da responsabilidade e proporciona uma desculpa para que a vítima permaneça na relação, com a esperança que o companheiro cesse os consumos, e consequentemente, a violência. Neste sentido, os comportamentos abusivos são habitualmente mais aceites ou justificáveis quando os perpetradores se encontram alcoolizados.

Simultaneamente, o estudo de Kantor e Straus (1989) reportou um maior risco de violência durante a gravidez. Atendendo às consequências acrescidas que as agressões durante a gravidez poderão implicar, o facto de esta história ser a segunda mais legitimada é algo preocupante, já que pode implicar alguma desvalorização da violência, por parte destes futuros profissionais, perante a gravidez das vítimas. Neste âmbito, Dias (2004) defende que, durante a gravidez, a mulher encontra-se numa posição de maior vulnerabilidade e dependência material, económica, física e relacional, pelo que, "a violência praticada sobre uma mulher grávida não só torna mais difícil a sua defesa e proteção, como também faz com que ela própria se sinta mais constrangida em abandonar um cônjuge violento" (Hoff, 1993, como citado em Dias, 2004).

Por fim, a História 1 que apresenta um casal de nível socioeconómico superior, em que a mulher é a vítima, obteve uma menor legitimação por parte da amostra total. Ainda assim, é interessante notar que as afirmações que reuniram maior concordância remetiam para fatores externos, nomeadamente o *stress* do agressor, e para a privacidade do casal. De forma similar, no estudo de Mendes e Cláudio (2010) os sujeitos assinalaram, com maior frequência, fatores que justificavam os comportamentos violentos, em favor de causas externas e da preservação da intimidade familiar. Sobre isto, alguns autores pontuam que a violência conjugal, em famílias de estatuto socioeconómico superior, é um fenómeno ainda muito recôndito (Alexander, 1993; Casimiro, 2002; Dias, 2004), pelo que, é positivo constatar que a presente amostra reconhece a ocorrência desta problemática em contextos mais favorecidos, e não mantém a crença errónea de que a violência está



confinada a famílias com baixos rendimentos.

Relativamente às diferenças entre sexos, apenas foram encontradas diferenças estatisticamente significativas na História 3 e no total das histórias, embora com magnitudes de efeito pequenas. Ainda assim, os resultados sugerem uma maior legitimação da violência conjugal, por parte do sexo masculino, particularmente no contexto da perpetração masculina com abuso de álcool, para com a vítima grávida. Pontuamos que as afirmações que obtiveram maior pontuação, entre esta subamostra, referiam-se a atribuições da violência a fatores externos, concretamente o álcool e o *stress*, bem como, à desvalorização da mesma, em favor da coesão familiar, o que é congruente com o estudo de Mendes e Cláudio (2010).

Esta preponderância da legitimação da violência, por estudantes universitários do sexo masculino, tem sido amplamente corroborada por vários estudos (Baptista, 2013; Berkel et al., 2004; Caridade et al., 2007; Machado et al., 2010; Machado et al., 2003; Mendes & Cláudio, 2010; Merten & Williams, 2009; Nguyen et al., 2013; Paiva, 2010; Vieira, 2013), onde a interpretação apresentada se prende com a subsistência de uma socialização diferenciada de acordo com o sexo de pertença, em termos dos papéis e expectativas. Os homens são incentivados a assumir posições de maior poder e dominância relativamente ao sexo feminino (*idem*, *ibidem*). No entanto, consideramos pertinente notar que, no geral, as afirmações mais registadas foram similares entre os sexos, o que pode ser devido ao facto da maioria da amostra frequentar cursos que, possivelmente, abarcam o tema da violência conjugal nos seus planos curriculares, sendo por isso expostos a informação semelhante.

Recorrendo à análise do QVC-CMR, foi possível identificar os fatores de ativação, manutenção e resolução da violência conjugal que reuniram maior e menor concordância entre a amostra total, e para cada sexo.

Neste sentido, as causas ou fatores de ativação que registaram maior concordância foram os "antecedentes de violência", as "dificuldades económicas" e os "consumos de álcool ou drogas do agressor", pela respetiva ordem. A este propósito, o estudo de Kantor e Straus (1989) identificou o abuso de álcool ou drogas por parte do agressor, e a existência de violência na família de origem da vítima como os fatores mais importantes na diferenciação entre as mulheres vítimas de violência conjugal e as que não eram vitimizadas.

De facto, vários autores consideram que a experiência ou testemunho de situações de violência, durante a infância e/ou adolescência, pode precipitar comportamentos agressivos na adultícia (Alarcão, 2000; Dias, 2004; Sampaio, 2012). Nomeadamente, Sampaio (2012, p.158) refere que "crescer numa família onde sempre existiu violência relacional e em que os conflitos foram sendo resolvidos com agressões e insultos cria o terreno emocional propício à repetição desses comportamentos nas novas famílias". No entanto, Dias (2004, p.41) alerta para que esta relação deve ser encarada com alguma prudência, pois, apesar da vivência de violência, no contexto familiar, aumentar a probabilidade de um indivíduo se constituir como agressor ou vítima, esta "não (pre)determina um comportamento futuro

violento".

De forma similar, as "dificuldades económicas do casal/família" são, muitas vezes, consideradas como um fator favorável à presença de violência (Gelles, 1997, como citado em Dias, 2004; Sampaio, 2012). Concretamente, o estudo de Cunradi, Caetano, e Schafer (2002) encontrou uma relação entre o baixo estatuto socioeconómico do casal e o aumento do risco de violência, em que o rendimento do agregado constituiu a variável mais relevante para a referida relação.

Todavia, Dias (2004, p.40) pontua que a violência também está presente nas famílias de elevado estatuto socioeconómico, sendo que "a diferença reside no facto de estas a manterem em segredo". Na mesma linha, o estudo de Casimiro (2002, p.625), que recorreu a entrevistas realizadas a mulheres que se encontravam numa relação de casal, constatou que, as participantes de meio social superior "procuraram, de forma visível, proteger a sua privacidade, acentuando e demarcando uma distância em relação ao problema da violência conjugal".

A terceira causa mais assinalada pela amostra foram os "consumos de álcool ou drogas do agressor". Apesar de muitos estudos indicarem uma forte relação entre o álcool e a ocorrência de violência nas relações íntimas, o seu papel enquanto causa ou fator facilitador de comportamentos agressivos é bastante controverso (Klostermann & Fals-Stewart, 2006). Neste âmbito, Gelles (1997, como citado em Dias, 2004) admite a existência de uma relação entre ambos, no entanto, alerta que esta deve ser perspectivada com cautela, já que não é evidente de que forma o álcool se relaciona com a violência. Segundo Alexander (1993), o álcool é apontado, muitas vezes, como uma razão para a violência conjugal ou usado como desculpa para os comportamentos abusivos, no entanto, este nota que, nem o consumo de álcool resulta sempre em violência, nem a violência parte sempre do consumo de álcool.

Ainda relativamente às causas, importa notar que, a subamostra masculina se diferenciou da amostra total, ao registar como terceiro fator a "baixa autoestima do agressor". Gelles (1997, como citado em Dias, 2004) refere que os agressores possuem um conjunto de características individuais que podem potenciar a origem de comportamentos violentos, identificando a fraca autoestima como uma delas. Sobre isto, Sampaio (2012, p.155) explica que o agressor "reivindica uma aprovação constante da mulher e sente pânico perante a possibilidade de rutura conjugal, até porque tem uma baixa autoestima e pouca resiliência à frustração", nesse sentido, procura dominar as suas inseguranças ao controlar tudo à sua volta, estabelecendo assim o seu poder, através da ameaça e da violência (idem, ibidem; Alarcão, 2000). No entanto, Alexander (1993) critica as tentativas em caracterizar os agressores, na medida em que esta abordagem pode potenciar a desculpabilização dos comportamentos abusivos, tanto pelas vítimas, como pela sociedade.

Quanto à manutenção da violência conjugal, os fatores mais registados pelos sujeitos foram a "ausência de denúncia", as "promessas de mudança por parte do agressor" e a "falta de confiança na justiça", sendo que, de certa forma, estes encontram-se interligados.

De acordo com Sampaio (2012, p.157), apesar da denúncia ser mais frequente, muitas vítimas ainda a receiam, por medo de represálias, ou por ambivalência face ao agressor: "não querem desistir da relação, acreditam que ele se pode regenerar ou são convencidas pelos seus argumentos, chegando até a manifestar culpabilidade". Concretamente, no ano de 2012, de entre o total de vítimas adultas que recorreram à APAV (2013), 37% não efetuaram qualquer denúncia, em contraposição a 35% que denunciaram a sua situação de vitimação. Relativamente às vítimas idosas, as estatísticas são mais preocupantes, pois apenas 23% das situações de vitimação foram denunciadas.

Adicionalmente, o estudo de Fonseca, Ribeiro, e Leal (2012), sobre as representações sociais da violência em mulheres vitimadas pelos seus parceiros, identificou a esperança de que o companheiro mude como a principal expectativa das participantes, relativamente ao futuro. A este propósito, Alexander (1993) refere que, embora grande parte das vítimas reconheçam os perigos, algumas permanecem otimistas, com a esperança de que os cônjuges mudem. Neste sentido, evitam ativamente as discussões e qualquer ato que possa ser entendido como provocador, de forma a minimizar o risco de uma resposta violenta. De facto, Alarcão (2000, p.305) expõe que, durante a "fase de lua de mel", o arrependimento do agressor "leva ao pedido de desculpas e à promessa de que a situação não vai repetir-se", o que potencia o retomar do ciclo de violência.

Relativamente à "falta de confiança na justiça", a WHO (2012) defende a importância da reforma dos quadros jurídicos, na medida em que a implementação e/ou melhoria das leis existentes pode contribuir para a mitigação da violência, ao estabelecer o que é socialmente inaceitável, e reforçar as sanções contra os agressores.

Mais uma vez, o subgrupo masculino diferenciou-se ao assinalar o "medo de retaliações" como o segundo fator preponderante para a manutenção da violência. De facto, este fator é apontado por muitos autores como determinante na decisão das vítimas em permanecer nas relações violentas (Alexander, 1993; Pagelow, 1984, como citado em Dias, 2004). A este respeito, Barnett e LaViolette (1993, como citado em Dias, 2004, p.43) referem que "o medo de perder os filhos ou até a ameaça de homicídio, quando uma mulher manifesta a intenção de abandonar o maltratante, são fatores que pesam naquele processo de decisão".

Por fim, os fatores de resolução que reuniram maior concordância foram transversais entre as subamostras, nomeadamente "proteger a vítima e os filhos", "estimular a denúncia", e a "educação para a prevenção da violência".

Se pensarmos que, no seu futuro enquanto profissionais, estes sujeitos poderão confrontar-se com situações de violência conjugal, o facto de eles terem pontuado mais os referidos fatores pode ser positivo, pois estes sugerem uma responsabilização social pelo término da violência. Neste sentido, os sujeitos da presente amostra poderão estar mais disponíveis para assumir um papel relevante na cessação da violência, nos seus locais de intervenção. Pelo contrário, o estudo de Sprague et al. (2013) revelou que,

21% dos estudantes e profissionais de medicina da amostra estudada mantinham a crença de que os profissionais de saúde não deviam interferir em conflitos conjugais, o que contribuía para que o rastreio efetuado pelos mesmos fosse escasso. Sobre isto, Alarcão (2000, p. 297) refere que, "a proteção da vítima tem que ser, então, um projeto coletivo que responsabilize a família, a comunidade (que muitas vezes se quer assumir apenas como entidade sinalizadora, considerando que cumpre, com a denúncia, o seu papel) e as instituições envolvidas".

No que concerne à "educação para a prevenção da violência", muitos autores defendem a necessidade de desenvolver programas de prevenção para adolescentes e jovens adultos, em contexto escolar, bem como de educação e formação dos jovens no âmbito da violência, com vista a desmistificar crenças erróneas e preconceitos, e prevenir a ocorrência de comportamentos abusivos nas suas relações futuras (Caridade et al., 2007; Gómez et al., 2012; Machado et. al., 2003; Próspero & Vohra-Gupta, 2007; Straus, 2008).

Importa ainda pontuar que, no geral, as afirmações (QRVC-HIS) e os fatores (QVC-CMR) que receberam menor concordância entre a amostra, remetiam para a culpabilização das vítimas, o que, dadas as características da amostra constitui também um ponto positivo, já que, alguns estudos com amostras similares reportaram que, muitos dos sujeitos atribuíam a ocorrência de violência aos comportamentos das vítimas (Postmus et al., 2011; Sprague et al., 2013), sendo que estas crenças tinham um impacto negativo no rastreio e na intervenção dos mesmos, para com as vítimas de violência.

## **5.2. Resolução de conflitos entre parceiros íntimos**

No que concerne à prevalência dos atos de violência reportados pelos sujeitos, no contexto das suas relações íntimas atuais, os resultados obtidos através do CTS-2 revelaram-se análogos ou mesmo superiores aos encontrados em estudos nacionais com o mesmo instrumento (Baptista, 2013; Paiva & Figueiredo, 2006; Vieira, 2013), o que constitui um dado alarmante. De facto, a realidade divulgada, tanto a nível nacional (Caridade et al., 2007; Machado et al., 2010; Machado et al., 2003), como internacional (Cercone, Beach, & Arias, 2005; Straus, 2004; Straus, 2008) traduz uma clara tendência do recurso à violência, por estudantes universitários, no âmbito das suas relações. Sobre isto, Straus (2004) aponta os atos abusivos contra parceiros íntimos, tanto em relações de namoro como maritais, como o crime mais prevalente, a nível internacional.

Entre as diferentes formas de abuso, a agressão psicológica ligeira assumiu-se como preponderante entre a amostra, em termos da perpetração e vitimização, o que é também congruente com os estudos portugueses, em amostras do ensino superior (Baptista, 2013; Paiva & Figueiredo, 2006; Vieira, 2013). De forma geral, os atos violentos perpetrados/recebidos que reuniram percentagens mais elevadas são classificados como "ligeiros",

ainda que as subescalas pautadas por uma maior severidade tenham obtido resultados superiores relativamente aos estudos supracitados (idem, ibidem). Nesta linha, alguns autores defendem que a aparente banalização da "pequena violência", quer pelos agressores, quer pelas vítimas, pode fomentar a continuidade das práticas abusivas, bem como a manutenção da relação, o que é particularmente preocupante, visto que, estes padrões de comportamento tendem a prevalecer ou a agudizar-se ao longo do tempo (Alarcão, 2000; Caridade et al., 2007; Straus, 2004).

Todavia, um ponto positivo a destacar prende-se com as elevadas percentagens nas subescalas de negociação, que constituíram as táticas mais predominantes na amostra, tanto na perpetração como na vitimização. A este respeito, Straus (1990, como citado em Paiva & Figueiredo, 2006) defende que a diferença entre os casais violentos e os menos violentos não se situa no conflito, mas na forma mais ou menos adequada com que estes o resolvem.

Relativamente às diferenças de sexo, constatou-se que a subamostra feminina obteve resultados superiores, em termos da prevalência, em todas as táticas abusivas, com exceção da coerção sexual ligeira. Neste sentido, os resultados do presente estudo corroboram a tendência crescente em considerar a perpetração feminina como uma problemática significativa (Kimmel, 2002; Krahe et al., 2005; Machado et al., 2010; Straus, 2008; Whitaker, Haileyesus, Swahn, & Saltzman, 2007). Uma possível leitura para estes resultados prende-se com a desculpabilização dos atos de violência cometidos pelas mulheres, pelo facto de estas terem menor força física e, conseqüentemente, menor probabilidade de infligir lesões (Kimmel, 2002; Magdol et al., 1997, como citado em Machado et al., 2003). Nesta linha, o estudo de Hamby e Jackson (2010), com estudantes universitários, revelou que estes percecionaram os perpetradores masculinos como mais ameaçadores, comparativamente a perpetradoras femininas, atribuindo esta diferença às características físicas de cada sexo, isto é, pelos homens serem mais altos e fortes. Outra hipótese plausível passa pelos homens estarem menos disponíveis para admitir a perpetração de atos abusivos contra as suas parceiras (Whitaker et al., 2007).

Todavia, a análise da cronicidade revelou a existência de diferenças estatisticamente significativas apenas para a negociação cognitiva, e em ambas as subescalas de agressão psicológica, com uma magnitude de efeito grande para a segunda subescala referida, e médias para as restantes duas. Assim, a subamostra feminina assume a perpetração de um maior número de atos envolvendo negociação cognitiva, mas também recorreu com maior frequência à agressão psicológica, tanto ligeira como severa, no espaço do último ano. Sobre isto, Sampaio (2012, p.169) refere que "há evidência do aumento do número de mulheres violentas, sobretudo através da violência psicológica. Não são raros os comportamentos femininos caracterizados por humilhação e crítica sistemática aos maridos".

Simultaneamente, a subamostra feminina reuniu maiores percentagens de vitimização, à parte do abuso físico sem sequelas severo e da coerção sexual severa, em que um maior número de homens reportou ter sido vítima de pelo menos um ato abusivo, no espaço do último ano. No entanto, os

índices de cronicidade apontaram a presença de diferenças estatisticamente significativas, apenas na negociação cognitiva e na agressão psicológica ligeira, no sentido de um maior número de atos perpetrados pelos parceiros das respondentes femininas, nestas subescalas. Neste sentido, parece haver um certo grau de simetria nas táticas de resolução de conflitos reportadas pelos sujeitos, em que se observa a existência de violência recíproca cruzada (Alarcão, 2000), particularmente através da agressão psicológica, mas também no âmbito da negociação cognitiva, embora a magnitude do efeito encontrada para esta última seja pequena.

De facto, Straus (2008) salienta que, a violência cometida por mulheres é um fator que contribui substancialmente para a vitimização das mesmas, isto é, nas relações em que as mulheres se constituem como agressoras têm, simultaneamente, maior probabilidade de sofrer retaliações, por parte dos seus parceiros. Adicionalmente, alguns autores referem que a perpetração feminina está intimamente relacionada com a perpetração masculina, na medida em que, muitas vezes, os atos abusivos cometidos pelas primeiras podem ser entendidos num contexto de retribuição ou autodefesa (Kimmel, 2002; Machado et al., 2003).

Atendendo às características da amostra, os resultados elevados de violência tornam-se particularmente preocupantes, visto que alguns estudos alertam para o impacto das próprias experiências de violência na forma como os estudantes percebem situações abusivas (Haj-Yahia & Uysal, 2008; Próspero & Vohra-Gupta, 2007). A este respeito, Ambuel, Butler, Hamberger, Lawrence, e Guse (2003) defendem que as experiências de violência dos estudantes de medicina poderão constituir barreiras futuras na prestação de cuidados a vítimas de violência entre parceiros íntimos. De forma semelhante, Davila (2006) alega que os enfermeiros que experienciam violência, na sua vida pessoal, podem sofrer de dissonância afetiva, o que poderá afetar a prestação de cuidados adequados às vítimas de violência.

Por fim, importa pontuar que, apesar da premissa de que as representações e atitudes têm um papel importante na orientação dos comportamentos (Bidarra, 1986; Fincham, Cui, Braithwaite, & Pasley, 2008; Vala, 2010), os resultados obtidos no sentido de uma baixa legitimação da violência não foram acompanhados por um recurso inferior a comportamentos abusivos, por parte dos sujeitos. Todavia, estes resultados são concordantes com outros estudos nacionais que reportaram uma dissonância entre o plano atitudinal e comportamental, em que a existência de valores baixos de suporte da violência não se traduzem necessariamente na erosão dos comportamentos abusivos (Caridade et al., 2007; Machado et al., 2010). Uma possível explicação para esta dissonância prende-se com a existência de crenças na nossa amostra, no sentido da atribuição da violência a fatores eternos, bem como de alguma banalização da pequena violência, o que poderá levar os perpetradores a "desvalorizar a necessidade de alterar a sua conduta abusiva, bem como poderá conduzir as vítimas a permanecer na relação, acreditando que tais ocorrências não se vão perpetuar, interpretando-as como episódios sem significado ou mesmo como evidências de afeto" (Machado et al., 2003, p.80).

### 5.3. Relação entre a formação e as crenças em torno da violência conjugal

No que diz respeito à relação entre a formação no âmbito da violência nas relações íntimas e as crenças em torno deste fenómeno, os resultados sugerem uma menor legitimação da violência por parte dos estudantes que obtiveram formação, comparativamente ao subgrupo que reportou nunca ter frequentado formação sobre o tema. Todavia, estes resultados devem ser relativizados, uma vez que as diferenças estatisticamente significativas entre os subgrupos não se traduziram numa diferença prática entre eles, isto é, as magnitudes do efeito revelaram-se pequenas em todas as histórias (Loureiro & Gameiro, 2011).

Antes de mais, importa pontuar que os parâmetros da formação não foram averiguados, pelo que, no subgrupo de estudantes com formação poderão estar incluídas modalidades muito díspares, desde as mais específicas às mais genéricas (por exemplo, algumas aulas abarcadas pelo plano curricular de uma cadeira), bem como formações pontuais (e.g., palestras, *workshops*, seminários) ou de duração alargada. Adicionalmente, o número de formações reportadas pelos sujeitos variou de um a dez, sendo que a maioria da amostra (13.2%) indicou ter frequentado apenas uma formação, o que, em termos do potencial para consolidar a informação exposta, parece reduzido.

Ainda assim, os resultados do presente estudo apontam para o importante papel da formação na diminuição das crenças legitimadoras da violência entre parceiros íntimos, o que é congruente com alguns estudos anteriores (Ergonen et al., 2007; Haj-Yahia & Uysal, 2008). De facto, Mendes e Cláudio (2010) sustentam que a informação obtida pelos estudantes sobre a violência doméstica influencia as crenças mantidas pelos mesmos, já que potencia uma maior sensibilização face à problemática retratada.

Considerando que, no seu futuro profissional, estes estudantes irão ter um contacto direto com situações de violência, nomeadamente a nível da intervenção junto de vítimas e/ou perpetradores, os resultados obtidos corroboram a pertinência da formação acerca desta problemática. Nesta linha, vários autores alertam que a formação desadequada sobre o tema da violência, entre estudantes e profissionais das áreas sociais e de saúde, traduz-se geralmente em níveis de rastreio reduzidos, nos seus contextos de intervenção, e conseqüentemente, numa baixa deteção das situações abusivas, bem como em dificuldades acrescidas no apoio prestado às vítimas (Beccaria et al., 2013; Chang et al., 2009; Chapin et al., 2011; Davila, 2006; Edwardsen, Dichter, Walsh, & Cerulli, 2011; Postmus et al., 2011; Sprague et al., 2013). Neste sentido, a WHO (2013) aponta que, para estes profissionais assumirem o seu papel na mitigação dos efeitos da violência é necessário sensibilizá-los para esta problemática, providenciando a informação e ferramentas necessárias para que respondam eficazmente e com sensibilidade.

Por fim, importa destacar que apesar da percentagem de estudantes

com formação, no âmbito desta problemática, constituir a minoria (22.4%) na presente amostra, a maior parte (16.5%) indicou ter obtido a formação durante o seu curso académico de base, o que sugere um interesse das instituições de ensino superior em incluir este tema nos planos curriculares dos cursos representados neste estudo, e/ou o interesse dos próprios estudantes em adquirir conhecimento sobre o mesmo, já que mais de metade dos sujeitos (59.7%) assinalou a opção "concordo totalmente", relativamente à importância da formação sobre violência nas relações íntimas.

#### **5.4. Impacto das variáveis sociodemográficas nas representações sociais da violência entre parceiros íntimos**

A interação entre a variável sexo e as variáveis moderadoras revelou-se estatisticamente significativa apenas para a idade, no âmbito da História 3, particularmente entre a classe de idades superior a 46 anos e a classe mais jovem da amostra (dos 18 aos 25 anos), bem como, entre a primeira e a classe de sujeitos entre os 36 e os 45 anos. Os sujeitos mais velhos reportaram uma maior legitimação da violência, perante a situação de um casal em que o perpetrador apresenta consumos de álcool para com a vítima que se encontra grávida.

De forma similar, no estudo de Sayem, Begum, e Moneesha (2012) verificou-se que, quanto maior a idade das participantes maior era a tendência para estas justificarem o recurso à violência entre parceiros íntimos. Segundo os autores, uma possível leitura destes resultados seria que a experiência recorrente das mulheres mais velhas com o contexto de dominância masculina, nas esferas privadas e públicas, poderia ter contribuído para que estas se fossem conformando gradualmente às normas e valores patriarcais (idem, ibidem).

Sobre isto, Alarcão (2000, p.316) refere que o contexto sociocultural "pode potenciar a aprendizagem de modelos relacionais agressivos e violentos". Nesta linha, o contexto no qual os sujeitos mais velhos da amostra cresceram e foram educados poderá ter contribuído para que estes, enquanto adultos, mantivessem algumas das crenças e ideologias de natureza patriarcal, e consequentemente, manifestassem uma maior aceitação da violência cometida por um agressor masculino, particularmente em favor da união familiar, perante o nascimento de um filho.

De facto, Sampaio (2012, p.152) expõe que, durante a primeira metade do século XX, a violência conjugal contra as mulheres era aceite e desculpável, num contexto em que os homens detinham o estatuto de chefe da família, e contingentemente todo o poder; enquanto as mulheres assumiam uma postura de obediência, e muitas vezes, "encaravam com conformismo os maus tratos dos companheiros, como se se tratasse de um destino a cumprir: a sua missão era cuidar dos filhos e aceitar, sem protestos, os comportamentos agressivos do cônjuge".

Adicionalmente, os consumos de álcool, por parte do agressor, podem ter promovido uma maior legitimação, já que, segundo Gelles (1997, como



citado em Dias, 2004, p.40), o álcool pode servir "como uma desculpa ou uma racionalização conveniente para o comportamento violento".

Conjuntamente, muitos estudos indicam uma menor legitimação da violência nas relações íntimas por parte dos jovens adultos (Caridade et al., 2007; Machado et al., 2010; Machado et al., 2003; Mendes & Cláudio, 2010), à semelhança dos resultados encontrados para a classe de sujeitos entre os 18 e os 25 anos. Neste período desenvolvimental, a experiência universitária aliada à recente saída de casa, e às descobertas e desafios pessoais que estas acarretam, poderá precipitar mudanças significativas a nível das atitudes e dos valores, no sentido de uma menor desculpabilização dos comportamentos violentos (Machado et al., 2003).

Quanto à classe de sujeitos entre os 36 e os 45 anos, uma hipótese plausível para a menor aceitação da violência reportada prende-se com a maturação decorrente da idade, associada a um envolvimento progressivo em relações íntimas que, ao promover "uma maior consciência, maturidade relacional e capacidade de reflexão crítica" (Caridade et al., 2007), permite ter um entendimento distinto sobre o impacto dos comportamentos abusivos. Além disso, é interessante notar que os sujeitos pertencentes a esta classe de idades foram educados num clima pós 25 de abril. Sampaio (2012, p.153) pontua a revolução como um marco importante no reconhecimento da violência doméstica como um problema social, explicando que só após a revolução "se demonstrou a violência sobre as mulheres e se começou a denunciar esta hierarquia «natural» da família salazarista, em que mães e filhos se deveriam subjugar a quem tanto se esforçava para lhes garantir um lar «tranquilo»".

Apesar das leituras expostas, importa pontuar que a magnitude do efeito encontrada para a interação entre o sexo e a idade foi pequena, o que indica que a diferença prática entre as classes de idades supracitadas não é substancial. Ainda, o facto de não terem sido encontradas outras interações significativas entre o sexo e as variáveis sociodemográficas não significa que não exista um efeito substantivo entre elas, mas apenas que "não houve evidência suficientemente forte para provar que essas diferenças eram significativas" (Loureiro & Gameiro, 2011), nomeadamente pelo tamanho da amostra ser inadequado. Por exemplo, a classe de sujeitos mais velhos abarcou apenas oito sujeitos, o que constitui uma subamostra muito pequena.

## **VI - Conclusões**

O presente estudo permitiu acrescentar alguma informação relevante sobre as representações sociais da violência entre parceiros íntimos, mantidas por estudantes do ensino superior, das áreas de saúde, serviço social e militares. Entre os resultados obtidos, destaca-se a baixa legitimação da violência, ainda que subsistam algumas crenças no sentido da justificação dos comportamentos abusivos, em favor de fatores externos, principalmente pelo consumo de álcool e pelo *stress* do agressor, bem como, em prol da privacidade e coesão familiar.

À semelhança de estudos anteriores, os resultados sugerem uma maior legitimação da violência por parte dos estudantes masculinos. No entanto, constatou-se que, no geral, as crenças mantidas pelos sujeitos, e o conhecimento acerca dos fatores de ativação, manutenção e resolução da VPI são similares em ambos os sexos. Neste âmbito, importa destacar a baixa atribuição da violência aos comportamentos das vítimas, já que, este ponto pode contribuir para níveis de rastreio superiores e uma prestação de cuidados adequada, no futuro profissional destes sujeitos.

Um dos resultados mais preocupantes prende-se com os elevados níveis de prevalência e cronicidade de táticas abusivas, nas relações íntimas dos sujeitos, praticadas principalmente pelo sexo feminino. Uma vez que, a vivência de situações de violência pode ter um impacto negativo na intervenção dos profissionais que contactam diretamente com esta problemática, estas questões deveriam ser acauteladas no âmbito da formação dos mesmos.

Adicionalmente, este estudo corroborou também a dissonância entre o plano atitudinal e comportamental, encontrada em investigações anteriores, em que os níveis baixos de legitimação coexistiram com taxas de atos abusivos preocupantes, no contexto das relações íntimas dos sujeitos. Neste sentido, o elevado número de comportamentos violentos alertam-nos para a necessidade de não minimizar este fenómeno, ainda que coexista uma censura do mesmo, por parte dos estudantes.

Por fim, os resultados confirmaram o importante papel da formação na diminuição das crenças legitimadoras da violência entre parceiros íntimos. Neste sentido, é fundamental investir na formação dos futuros profissionais, com vista a desmistificar as crenças que possam afetar a sua intervenção, junto de vítimas e agressores; e para que estes estejam sensibilizados para esta problemática, de forma a desempenharem o seu papel e ajudar todos os envolvidos da melhor forma possível.

### **6.1. Limitações do estudo e investigações futuras**

O presente estudo encerra algumas limitações sobre as quais importa refletir, no sentido de perceber o que poderá ter condicionado os resultados.

Em primeiro lugar, apesar das subamostras terem um tamanho suficiente para a prossecução das análises estatísticas, o número de sujeitos do sexo feminino é largamente superior, pelo que, em investigações futuras seria aconselhável um maior equilíbrio na variável sexo.

A segunda limitação prende-se com a ausência da aplicação de uma escala de desejabilidade social, o que pode ter proporcionado um enviesamento das respostas, uma vez que, muitas das questões contempladas pelo protocolo remetem para a intimidade dos sujeitos, e procuram averiguar a presença de comportamentos socialmente condenáveis.

Uma outra limitação está relacionada com a grande extensão do protocolo, e particularmente do instrumento CTS-2, que além de conter um elevado número de itens, acarreta alguma complexidade em termos do seu

preenchimento. Adicionalmente, o intervalo de tempo de um ano inerente ao instrumento referido é bastante extenso para se aferir com precisão as verdadeiras taxas de ocorrência de abuso. O que poderá ter sido agravado por este contemplar itens referentes aos próprios comportamentos abusivos, e aos comportamentos dos parceiros.

Por último, o facto de se tratar de uma amostra por conveniência, e da maioria dos sujeitos terem respondido ao protocolo *online*, poderá ter influenciado os resultados obtidos. Particularmente no método de recolha *online*, por impossibilitar que os sujeitos coloquem as suas dúvidas ao investigador, e/ou possibilitar a consulta de informação, através de outras fontes, por parte dos mesmos. Além de que, o facto de estes estudantes terem escolhido responder ao protocolo pode constituir também uma fonte de enviesamento dos resultados.

Em termos da investigação futura, seria relevante incluir questões de natureza mais qualitativa, com vista a abarcar a compreensão do contexto e dinâmicas inerentes à ocorrência dos comportamentos violentos, bem como, das motivações, consequências e reações dos envolvidos.

Uma outra linha interessante, seria conduzir um estudo análogo mas clarificar os parâmetros da formação obtida pelos estudantes, no âmbito da VPI, e eventualmente analisar as diferenças entre os sexos. Ou mesmo realizar um estudo experimental com amostras emparelhadas, que incluísse a formação dos sujeitos, de forma a obter medidas de pré e pós teste, e analisar as crenças mantidas pela amostra antes e depois da obtenção de formação.

Finalmente, seria pertinente alargar estes estudos para além da população universitária, procurando abranger profissionais que assumem papéis privilegiados, relativamente ao contacto com esta problemática, nomeadamente polícias, juízes, professores. Acreditamos ser muito importante oferecer informação relevante para melhorar a prática destes profissionais, e contribuir para a mitigação da violência.

## Bibliografia

- Adams, S. R., & Freeman, D. R. (2002). Women who are violent: Attitudes and beliefs of professionals working in the field of domestic violence. *Military Medicine*, 167 (6), 445-450. Retirado de ProQuest Journals database.
- Aguilar, R. (2010). *Representações sociais em torno da violência conjugal: Estudo de validação do questionário de violência conjugal – histórias (QRVC-HIS) e do questionário de violência conjugal – causas, manutenção e resolução (QVC-CMR) com uma amostra da população geral.* (Dissertação de mestrado não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.
- Alarcão, M. (2000). *(Des)Equilíbrios familiares: Uma visão sistémica.* Coimbra: Quarteto Editora.
- Alazmy, S. F., Alotaibi, D. M., Atwan, A. A., Kamel, M. I., & El-Shazly, M. K. (2011). Gender difference of knowledge and attitude of primary health care staff towards domestic violence. *Alexandria Journal of Medicine*, 47, 337-341. doi:10.1016/j.ajme.2011.07.018
- Alexander, R. (1993). Wife-battering: An Australian perspective. *Journal of Family Violence*, 8 (3), 229-251. doi: 10.1007/BF00988770
- Ambuel, B., Butler, D., Hamberger, L. K., Lawrence, S., & Guse, C. E. (2003). Female and male medical students' exposure to violence: Impact on well being and perceived capacity to help battered women. *Journal of Comparative Family Studies*, 34 (1), 113-135. Retirado de <http://www.researchgate.net/publication/237185000>
- APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (2013). *Estatísticas APAV: Relatório anual 2012.* Lisboa: APAV. Retirado de [www.apav.pt/estatisticas](http://www.apav.pt/estatisticas).
- Baptista, M. (2013). *Representações da violência entre parceiros íntimos em estudantes universitários de Coimbra.* (Dissertação de mestrado não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.
- Beccaria, G., Beccaria, L., Dawson, R., Gorman, D., Harris, J. A., & Hossain, D. (2013). Nursing student's perceptions and understanding of intimate partner violence. *Nurse Education Today*, 33, 907-911. <http://dx.doi.org/10.1016/j.nedt.2012.08.004>
- Berkel, L. A., Vandiver, B. J., & Bahner, A. D. (2004). Gender Role Attitudes, Religion, and Spirituality as Predictors of Domestic Violence Attitudes in White College Students. *Journal of College Student Development*, 45 (2), 119-133. doi: 10.1353/csd.2004.0019
- Bidarra, M. G. A. (1986). O estudo das representações sociais: Considerações teórico-conceituais e metodológicas. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 20, 369-390.
- Caridade, S., Machado, C., & Vaz, F. (2007). Violência no namoro: Estudo exploratório com jovens estudantes. *Psychologica*, 46, 197-214.
- Carmo, R., Grams, A., & Magalhães, T. (2011). Men as victims of intimate partner violence. *Journal of Forensic and Legal Medicine*, 18, 355-

359. doi:10.1016/j.jflm.2011.07.006

Casimiro, C. (2002). Representações sociais de violência conjugal. *Análise Social*, XXXVII (163), 603-630. Retirado de <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218733193N7ILR3rn1Yd68RN0.pdf>

Cercone, J. J., Beach, S. R. H., & Arias, I. (2005). Gender symmetry in dating intimate partner violence: Does similar behavior imply similar constructs?. *Violence and Victims*, 20 (2), 207-218. doi: 10.1891/vivi.2005.20.2.207

Chang, J. C., Buranosky, R., Dado, D., Cluss, P., Hawker, L., Rothe, E. ... Scholle, S. H. (2009). Helping women victims of intimate partner violence: Comparing the approaches of two health care settings. *Violence and Victims*, 24 (2), 193-203. doi: 10.1891/0886-6708.24.2.193

Chapin, J. R., Coleman, G., & Varner, E. (2011). Yes we can! Improving medical screening for intimate partner violence through self-efficacy. *Journal of Injury and Violence Research*, 3 (1), 19-23. doi: 10.5249/jivr.v3i1.62

Cunradi, C. B., Caetano, R., & Schafer, J. (2002). Socioeconomic predictors of intimate partner violence among White, Black, and Hispanic couples in the United States. *Journal of Family Violence*, 17 (4), 377-389. doi: 10.1023/A:1020374617328

Davila, Y. R. (2006). Increasing nurses' knowledge and skills for enhanced response to intimate partner violence. *The Journal of Continuing Education in Nursing*, 37 (4), 171-177. Retirado de ProQuest Journals database.

Dias, I. (2004). A violência sobre as mulheres e os idosos. *Psicologica*, 36, 33-61.

Edwardsen, E. A., Dichter, M. E., Walsh, P., & Cerulli, C. (2011). Instructional curriculum improves medical staff knowledge and efficacy for patients experiencing intimate partner violence. *Military Medicine*, 176 (11), 1260-1264. doi: <http://dx.doi.org/10.7205/MILMED-D-11-00258>

Ergonen, A. T., Salacin, S., Karademir, S., Gursel, Y., & Musal, B. (2007). A domestic violence course for medical students: A study on its effectiveness. *Journal of Family Violence*. 22, 441-447. doi: 10.1007/s10896-007-9098-7

Fincham, F. D., Cui, M., Braithwaite, S., & Pasley, K. (2008). Attitudes Toward Intimate Partner Violence in Dating Relationships. *Psychological Assessment*, 20 (3), 260-269. doi: 10.1037/1040-3590.20.3.260

Fonseca, D. H., Ribeiro, C. G., & Leal, N. S. B. (2012). Violência doméstica contra a mulher: Realidade e representações sociais. *Psicologia & Sociedade*, 24 (2), 307-314. Retirado de <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v24n2/07.pdf>

Forgey, M. A., & Badger, L. (2006). Patterns of intimate partner violence among married women in the military: Type, level, directionality and consequences. *Journal of Family Violence*, 21, 369-380. doi: 10.1007/s10896-006-9033-3

Gómez, Á. H., Rojas, A. G., & Coronado, M. M. (2012). Exploración de las actitudes y conductas de jóvenes universitarios ante la violencia en las relaciones de pareja. *Revista Complutense de Educación*, 23 (2), 427-441. doi:10.5209/rev\_RCED.2012.v23.n2.40036

Hamby, S., & Jackson, A. (2010). Size does matter: The effects of gender perceptions of dating violence. *Sex Roles*, 63, 324-331. doi: 10.1007/s11199-010-9816-0

Haj-Yahia, M. M., & Uysal, A. (2008). Beliefs about wife beating among medical students from Turkey. *Journal of Family Violence*, 23, 119-133. doi: 10.1007/s10896-007-9134-7

Kane, M. N., Green, D., & Jacobs, R. J. (2010). Perceptions of intimate partner violence, age, and self-enhancement bias. *Journal of Elder Abuse & Neglect*, 23 (1), 89-114. doi: 10.1080/08946566.2011.534710

Kantor, G. K., & Straus, M. A. (1989). Substance abuse as a precipitant of wife abuse victimizations. *American Journal of Drug and Alcohol Abuse*, 15 (2), 173-189. Retirado de <http://pubpages.unh.edu/~mas2/VB8.pdf>

Kimmel, M. S. (2002). "Gender symmetry" in domestic violence: A substantive and methodological research review. *Violence Against Women*, 8 (11), 1332-1363. doi: 10.1177/107780102237407

Klostermann, K. C., & Fals-Stewart, W. (2006). Intimate partner violence and alcohol use: Exploring the role of drinking in partner violence and its implications for intervention. *Agression and Violent Behavior*, 11, 587-597. doi: 10.1016/j.avb.2005.08.008

Krahé, B., Bieneck, S., & Möller, I. (2005). Understanding gender and intimate partner violence from an international perspective. *Sex Roles*, 52, 807-827. doi: 10.1007/s11199-005-4201-0

Leal, S. M. C., Lopes, M. J. M., & Gaspar, M. F. M. (2011). Representações sociais da violência contra a mulher na perspectiva da enfermagem. *Interface - Comunicação, Saúde e Educação*, 15 (37), 409-427. Retirado de <http://www.scielo.br/pdf/icse/2011nahead/aop0911>

Loureiro, L. M. J., & Gameiro, M. G. H. (2011). Interpretação crítica dos resultados estatísticos: para lá da significância estatística. *Revista de Enfermagem Referência*, 3, 151-162. Retirado de <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/ref/v3n3/v3n3a16.pdf>

Machado, C., Caridade, S., & Martins, C. (2010). Violence in juvenile relationships self-reported prevalence and attitudes in a Portuguese sample. *Journal of Family Violence*, 25, 43-52. doi: 10.1007/s10896-009-9268-x

Machado, C., Matos, M., & Moreira, A. I. (2003). Violência nas relações amorosas: Comportamentos e atitudes na população universitária. *Psychologica*, 33, 69-83.

Maroco, J. (2007). *Análise estatística: Com utilização do SPSS* (3.<sup>a</sup> edição). Lisboa: Edições Sílabo.

Mendes, E., & Cláudio, V. (2010). Crenças e atitudes dos estudantes de enfermagem, engenharia e psicologia acerca da violência doméstica. In C. Nogueira, et al. (Eds.). *Actas do VII Simpósio Nacional de Investigação em*

*Psicologia* (pp.3219-3230). Braga: Universidade do Minho. Retirado de <http://repositorio.ispa.pt/handle/10400.12/1539>

Merten, M. J., & Williams, A. L. (2009). Acceptability of marital violence among college men and women: Does gender and current relationship status matter. *College Student Journal*, 43 (3), 843-851. Retirado de ProQuest Journals database.

Nabors, E. L., Dietz, T. L., & Jasinski, J. L. (2006). Domestic violence beliefs and perceptions among college students. *Violence and Victims*, 21 (6), 779-795. Retirado de ProQuest Journals database.

Nguyen, T. T., Morinaga, Y., Frieze, I. H., Cheng, J., Li, M., Doi, A. ... Li, C. (2013). College students' perceptions of intimate partner violence: A comparative study of Japan, China, and the United States. *International Journal of Conflict and Violence*, 7 (2), 261 – 273. Retirado de [http://www.ijcv.org/index.php/ijcv/article/view/303/pdf\\_89](http://www.ijcv.org/index.php/ijcv/article/view/303/pdf_89)

Paiva, L. (2010). *Violência conjugal: Representações sociais e atribuições numa amostra de estudantes de psicologia do mestrado integrado*. (Dissertação de mestrado não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.

Paiva, C., & Figueiredo, B. (2004). Abuso no relacionamento íntimo: Estudo de prevalência em jovens adultos portugueses. *Psychologica*, 36, 75-107.

Paiva, C., & Figueiredo, B. (2006). Versão portuguesa das "escalas de táticas de conflito revisadas": Estudo de validação. *Psicologia: Teoria e Prática*, 8 (2), 14-39. Retirado de <http://app.parlamento.pt/violenciadomestica/conteudo/pdfs/biblioteca/paivats2.pdf>

Pereira, A. (2008). *Guia prático de utilização do SPSS: Análise de dados para ciências sociais e psicologia* (7.<sup>a</sup> edição). Lisboa: Edições Sílabo.

Postmus, J. L., McMahon, S., Warrener, C., & Macri, L. (2011). Factors that influence attitudes, beliefs, and behaviors of students toward survivors of violence. *Journal of Social Work Education*, 47 (2), 303-319. doi: 10.5175/JSWE.2011.200900122

Próspero, M., & Vohra-Gupta, S. (2007). Gender differences in the relationship between intimate partner violence victimization and the perception of dating situations among college students. *Violence and Victims*, 22 (4), 489-502. doi: 10.1891/088667007781553928

Rosen, L. N., Parmley, A. M., Knudson, K. H., & Fancher, P. (2002). Gender differences in the experience of intimate partner violence among active duty U.S. Army soldiers. *Military Medicine*, 167 (12), 959-963. Retirado de ProQuest Journals database.

Sampaio, D. (2012). *Labirinto de mágoas: As crises do casamento e como enfrentá-las*. Lisboa: Caminho.

Sayem, A. M., Begum, H. A., & Moneesha, S. S. (2012). Attitudes towards justifying intimate partner violence among married women in Bangladesh. *Journal of Biosocial Sciences*, 44, 641-660. doi:10.1017/S0021932012000223

Segurança Social. (2012). *Concelhos abrangidos pela rede social, segundo a NUT II, por NUT III e distrito*. Retirado de [http://www4.seg-social.pt/documents/10152/13341/Lista\\_Concelhos+Rede+Social\\_NUT+II\\_NUT+III](http://www4.seg-social.pt/documents/10152/13341/Lista_Concelhos+Rede+Social_NUT+II_NUT+III)

Sprague, S., Kaloty, R., Madden, K., Dosanjh, S., Mathews, D. J., & Bhandari, M. (2013). Perceptions of intimate partner violence: a cross sectional survey of surgical residents and medical students. *Journal of Injury and Violence Research*, 5 (1), 1-10. doi: 10.5249/jivr.v5i1.147

Straus, M. A. (2004). Prevalence of violence against dating partners by male and female university students worldwide. *Violence Against Women*, 10 (7), 790-811. doi: 10.1177/1077801204265552

Straus, M. A. (2008). Dominance and symmetry in partner violence by male and female university students in 32 nations. *Children and Youth Services Review*, 30, 252-275. doi: 10.1016/j.childyouth.2007.10.004

The Campbell Collaboration. (s.d.). *Practical Meta-Analysis Effect Size Calculator*. Retirado de [http://www.campbellcollaboration.org/resources/effect\\_size\\_input.php](http://www.campbellcollaboration.org/resources/effect_size_input.php)

Vala, J. (2010). Representações sociais e psicologia social do conhecimento quotidiano. In J. Vala, & M. B. Monteiro (Coords.). *Psicologia Social* (8.<sup>a</sup> edição). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Valdez, C. E., Lilly, M. M., & Sandberg, D. A. (2012). Gender differences in attitudinal acceptance of intimate partner violence perpetration under attachment-relevant contexts. *Violence and Victims*, 27(2), 229-245. doi: 10.1891/0886-6708.27.2.229

Vieira, A. (2013). *Representações sociais da violência entre parceiros íntimos numa amostra de estudantes do ensino superior: O género fará a diferença?*. (Dissertação de mestrado não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.

Whitaker, D. J., Haileyesus, T., Swahn, M., & Saltzman, L. S. (2007). Differences in frequency of violence and reported injury between relationships with reciprocal and nonreciprocal intimate partner violence. *American Journal of Public Health*, 97 (5), 941-947. doi: 10.2105/AJPH.2005.079020

WHO – World Health Organization (2012). *Understanding and addressing violence against women: Intimate partner violence*. Retirado de <http://www.who.int/reproductivehealth/publications/violence/en/index.html>.

WHO – World Health Organization (2013). *Responding to intimate partner violence and sexual violence against women: WHO clinical and policy guidelines*. Retirado de <http://www.who.int/reproductivehealth/publications/violence/9789241548595/en/index.html>

Yechezkel, R., & Ayalon, L. (2013). Social workers' attitudes towards intimate partner abuse in younger vs. older women. *Journal of Family Violence*, 28, 381-391. doi: 10.1007/s10896-013-9506-0



## Anexos

### Anexo I: Protocolo de Investigação

### Anexo II: Consistência interna dos instrumentos

1. Escalas de Táticas de Conflito Revisadas (*The Revised Conflict Tactics Scales – CTS-2*)

**Tabela 1. Alpha de Cronbach para a Negociação (Perpretação – CTS-2)**

<i>Alpha de Cronbach</i>	N
.829	6

**Tabela 2. Item-Total Statistics: Negociação (Perpretação – CTS-2)**

	Scale Mean if Item Deleted	Scale Variance if Item Deleted	Corrected Item- Total Correlation	Cronbach's Alpha if Item Deleted
CTS-2 1	61.00	1169.934	.597	.803
CTS-2 13	59.40	1233.044	.488	.824
CTS-2 39	66.29	1088.922	.648	.792
CTS-2 3	60.57	1134.465	.682	.785
CTS-2 59	70.47	1162.783	.600	.802
CTS-2 77	70.43	1175.312	.587	.805

**Tabela 3. Alpha de Cronbach para a Negociação (Vitimização – CTS-2)**

<i>Alpha de Cronbach</i>	N
.844	6

**Tabela 4. Item-Total Statistics: Negociação (Vitimização – CTS-2)**

	Scale Mean if Item Deleted	Scale Variance if Item Deleted	Corrected Item- Total Correlation	Cronbach's Alpha if Item Deleted
CTS-2 2	58.71	1234.642	.623	.819
CTS-2 14	57.20	1284.181	.538	.835
CTS-2 40	63.59	1138.532	.675	.808
CTS-2 4	59.37	1184.714	.685	.806
CTS-2 60	68.33	1258.413	.593	.824
CTS-2 78	67.67	1223.314	.630	.817

**Tabela 5. Alpha de Cronbach para a Agressão psicológica (Perpretação – CTS-2)**

<i>Alpha de Cronbach</i>	N
.722	8

**Tabela 6. Item-Total Statistics: Agressão psicológica (Perpretação – CTS-2)**

	Scale Mean if Item Deleted	Scale Variance if Item Deleted	Corrected Item- Total Correlation	Cronbach's Alpha if Item Deleted
CTS-2 5	7.00	187.834	.451	.688
CTS-2 35	6.50	161.334	.523	.678
CTS-2 49	7.84	191.909	.628	.650
CTS-2 67	7.67	206.215	.427	.691
CTS-2 25	7.92	202.294	.288	.733
CTS-2 29	9.00	240.782	.579	.707
CTS-2 65	9.00	240.493	.594	.706
CTS-2 69	8.96	228.116	.583	.690

**Tabela 7. Alpha de Cronbach para a Agressão psicológica (Vitimização – CTS-2)**

Alpha de Cronbach	N
.740	8

**Tabela 8. Item-Total Statistics: Agressão psicológica (Vitimização – CTS-2)**

	Scale Mean if Item Deleted	Scale Variance if Item Deleted	Corrected Item- Total Correlation	Cronbach's Alpha if Item Deleted
CTS-2 6	5.37	138.295	.459	.717
CTS-2 36	5.37	130.794	.535	.697
CTS-2 50	6.53	161.962	.645	.688
CTS-2 68	5.84	152.520	.385	.728
CTS-2 26	6.39	155.864	.357	.734
CTS-2 30	7.13	178.539	.713	.711
CTS-2 66	7.17	181.323	.688	.717
CTS-2 70	7.15	180.642	.700	.715

**Tabela 9. Alpha de Cronbach para o Abuso físico sem sequelas (Perpretação – CTS-2)**

Alpha de Cronbach	N
.939	12

**Tabela 10. Item-Total Statistics: Abuso físico sem sequelas (Perpretação – CTS-2)**

	Scale Mean if Item Deleted	Scale Variance if Item Deleted	Corrected Item- Total Correlation	Cronbach's Alpha if Item Deleted
CTS-2 7	2.31	219.168	.707	.943
CTS-2 9	2.53	219.604	.814	.933
CTS-2 17	2.57	249.994	.800	.932
CTS-2 45	2.80	246.307	.845	.930
CTS-2 53	2.73	261.724	.790	.934
CTS-2 21	2.77	233.916	.952	.925
CTS-2 27	2.70	226.403	.879	.928
CTS-2 33	2.88	264.506	.864	.934

CTS-2 37	2.88	264.203	.872	.934
CTS-2 43	2.88	264.488	.865	.934
CTS-2 61	2.78	262.374	.442	.944
CTS-2 73	2.87	264.463	.861	.934

**Tabela 11. Alpha de Cronbach para o Abuso físico sem sequelas (Vitimização – CTS-2)**

<i>Alpha de Cronbach</i>	N
.949	12

**Tabela 12. Item-Total Statistics: Abuso físico sem sequelas (Vitimização – CTS-2)**

	Scale Mean if Item Deleted	Scale Variance if Item Deleted	Corrected Item- Total Correlation	Cronbach's Alpha if Item Deleted
CTS-2 8	2.16	192.240	.824	.945
CTS-2 10	2.24	205.670	.631	.953
CTS-2 18	2.19	212.610	.787	.944
CTS-2 46	2.41	208.034	.887	.940
CTS-2 54	2.42	223.485	.823	.944
CTS-2 22	2.39	199.427	.938	.938
CTS-2 28	2.48	224.906	.906	.943
CTS-2 34	2.50	225.963	.895	.944
CTS-2 38	2.37	222.305	.489	.955
CTS-2 44	2.47	208.826	.891	.940
CTS-2 62	2.52	226.294	.895	.944
CTS-2 74	2.49	225.203	.899	.944

**Tabela 13. Alpha de Cronbach para a Coerção sexual (Perpetração – CTS-2)**

<i>Alpha de Cronbach</i>	N
.783	7

**Tabela 14. Item-Total Statistics: Coerção sexual (Perpetração – CTS-2)**

	Scale Mean if Item Deleted	Scale Variance if Item Deleted	Corrected Item- Total Correlation	Cronbach's Alpha if Item Deleted
CTS-2 15	1.16	81.332	.298	.945
CTS-2 51	2.26	105.702	.681	.730
CTS-2 63	2.35	115.146	.639	.750
CTS-2 19	2.32	103.868	.743	.721
CTS-2 47	2.43	107.163	.820	.722
CTS-2 57	2.39	105.235	.836	.716
CTS-2 75	2.43	116.815	.817	.746

**Tabela 15. Alpha de Cronbach para a Coerção sexual (Vitimização – CTS-2)**

<i>Alpha de Cronbach</i>	N
.759	7

**Tabela 16. Item-Total Statistics: Coerção sexual (Vitimização – CTS-2)**

	Scale Mean if Item Deleted	Scale Variance if Item Deleted	Corrected Item- Total Correlation	Cronbach's Alpha if Item Deleted
CTS-2 16	1.46	86.223	.286	.903
CTS-2 52	2.48	110.059	.641	.703
CTS-2 64	2.54	127.647	.238	.770
CTS-2 20	2.69	109.227	.764	.689
CTS-2 48	2.77	112.126	.823	.691
CTS-2 58	2.74	111.547	.819	.690
CTS-2 76	2.74	111.947	.815	.691

**Tabela 17. Alpha de Cronbach para o Abuso físico com sequelas (Perpetração – CTS-2)**

Alpha de Cronbach	N
.849	6

**Tabela 18. Item-Total Statistics: Abuso físico com sequelas (Perpetração – CTS-2)**

	Scale Mean if Item Deleted	Scale Variance if Item Deleted	Corrected Item- Total Correlation	Cronbach's Alpha if Item Deleted
CTS-2 11	.77	44.866	.561	.864
CTS-2 71	1.08	57.823	.898	.813
CTS-2 23	1.10	57.860	.905	.813
CTS-2 31	1.10	57.863	.906	.813
CTS-2 41	.84	44.194	.539	.878
CTS-2 55	1.06	49.236	.891	.780

**Tabela 19. Alpha de Cronbach para o Abuso físico com sequelas (Vitimização – CTS-2)**

Alpha de Cronbach	N
.932	6

**Tabela 20. Item-Total Statistics: Abuso físico com sequelas (Vitimização – CTS-2)**

	Scale Mean if Item Deleted	Scale Variance if Item Deleted	Corrected Item- Total Correlation	Cronbach's Alpha if Item Deleted
CTS-2 12	.60	40.591	.610	.960
CTS-2 72	.78	46.732	.916	.917
CTS-2 24	.67	34.764	.961	.899
CTS-2 32	.78	46.730	.918	.916
CTS-2 42	.78	46.730	.918	.916
CTS-2 56	.74	38.936	.901	.905

## 2. Questionário de Violência Conjugal – Histórias (QRVC-HIS)

**Tabela 21. Alpha de Cronbach para o QRVC-HIS Total**

<i>Alpha de Cronbach</i>	N
.946	30

**Tabela 22. Alpha de Cronbach para a História 1 (QRVC-HIS)**

<i>Alpha de Cronbach</i>	N
.823	10

**Tabela 23. Alpha de Cronbach para a História 2 (QRVC-HIS)**

<i>Alpha de Cronbach</i>	N
.899	10

**Tabela 24. Alpha de Cronbach para a História 3 (QRVC-HIS)**

<i>Alpha de Cronbach</i>	N
.888	10

**Tabela 25. Item-Total Statistics: QRVC-HIS Total**

	Scale Mean if Item Deleted	Scale Variance if Item Deleted	Corrected Item- Total Correlation	Cronbach's Alpha if Item Deleted
QRVC-HIS 11	38.56	106.843	.631	.944
QRVC-HIS 12	38.44	105.675	.523	.945
QRVC-HIS 13	38.57	107.431	.592	.945
QRVC-HIS 14	38.57	106.806	.646	.944
QRVC-HIS 15	38.49	106.162	.618	.944
QRVC-HIS 16	38.00	103.398	.461	.947
QRVC-HIS 17	38.61	108.373	.615	.945
QRVC-HIS 18	38.21	103.786	.523	.946
QRVC-HIS 19	38.49	107.265	.483	.945
QRVC-HIS 110	38.55	106.762	.612	.945
QRVC-HIS 21	38.31	104.422	.645	.944
QRVC-HIS 22	38.36	104.254	.662	.944
QRVC-HIS 23	38.40	104.399	.703	.943
QRVC-HIS 24	38.31	104.373	.669	.944
QRVC-HIS 25	38.19	103.510	.562	.945
QRVC-HIS 26	38.28	103.976	.613	.944
QRVC-HIS 27	38.34	103.630	.706	.943
QRVC-HIS 28	37.85	101.530	.572	.946
QRVC-HIS 29	38.39	103.973	.732	.943
QRVC-HIS 210	38.25	103.545	.616	.944
QRVC-HIS 31	38.26	104.887	.497	.946
QRVC-HIS 32	37.95	103.517	.499	.946
QRVC-HIS 33	38.46	105.801	.614	.944

QRVC-HIS 34	38.52	106.050	.709	.944
QRVC-HIS 35	38.49	105.796	.671	.944
QRVC-HIS 36	38.41	105.222	.624	.944
QRVC-HIS 37	38.46	104.833	.686	.944
QRVC-HIS 38	38.41	104.313	.702	.943
QRVC-HIS 39	38.49	105.383	.695	.944
QRVC-HIS 310	38.49	105.118	.748	.943

### 3. Questionário de Violência Conjugal – Causas, Manutenção e Resolução (QVC-CMR)

**Tabela 26. Alpha de Cronbach para os fatores de ativação (QVC-CMR)**

<i>Alpha de Cronbach</i>	N
.863	14

**Tabela 27. Item-Total Statistics: fatores de ativação (QVC-CMR)**

	Scale Mean if Item Deleted	Scale Variance if Item Deleted	Corrected Item- Total Correlation	Cronbach's Alpha if Item Deleted
QVC-CMR C1	31.54	40.090	.520	.854
QVC-CMR C2	31.55	40.767	.481	.856
QVC-CMR C3	32.32	40.585	.428	.859
QVC-CMR C4	31.59	39.959	.467	.857
QVC-CMR C5	32.19	39.841	.463	.857
QVC-CMR C6	32.46	40.497	.471	.856
QVC-CMR C7	31.83	39.227	.500	.855
QVC-CMR C8	32.12	38.616	.615	.848
QVC-CMR C9	32.27	38.659	.644	.847
QVC-CMR C10	31.66	38.380	.630	.847
QVC-CMR C11	31.41	40.319	.474	.856
QVC-CMR C12	31.74	40.639	.369	.863
QVC-CMR C13	31.62	39.517	.561	.851
QVC-CMR C14	31.51	39.100	.629	.848

**Tabela 28. Alpha de Cronbach para os fatores de manutenção (QVC-CMR)**

<i>Alpha de Cronbach</i>	N
.830	14

**Tabela 29. Item-Total Statistics: fatores de manutenção (QVC-CMR)**

	Scale Mean if Item Deleted	Scale Variance if Item Deleted	Corrected Item- Total Correlation	Cronbach's Alpha if Item Deleted
QVC-CMR M1	40.06	26.990	.472	.819
QVC-CMR M2	40.21	26.274	.569	.813
QVC-CMR M3	40.71	26.438	.414	.823
QVC-CMR M4	40.56	26.070	.419	.823
QVC-CMR M5	40.48	26.445	.524	.815
QVC-CMR M6	40.54	26.220	.491	.817
QVC-CMR M7	40.48	26.604	.505	.817
QVC-CMR M8	40.31	26.227	.520	.815
QVC-CMR M9	40.55	25.659	.543	.813
QVC-CMR M10	40.73	26.694	.366	.826
QVC-CMR M11	40.18	26.663	.514	.816
QVC-CMR M12	40.31	26.497	.521	.816
QVC-CMR M13	40.88	26.460	.357	.828
QVC-CMR M14	40.95	26.841	.363	.826

**Tabela 30. Alpha de Cronbach para os fatores de resolução (QVC-CMR)**

<i>Alpha de Cronbach</i>	N
.816	14

**Tabela 31. Item-Total Statistics: fatores de resolução (QVC-CMR)**

	Scale Mean if Item Deleted	Scale Variance if Item Deleted	Corrected Item- Total Correlation	Cronbach's Alpha if Item Deleted
QVC-CMR R1	41.74	25.459	.436	.805
QVC-CMR R2	41.76	25.455	.403	.807
QVC-CMR R3	41.42	26.055	.458	.805
QVC-CMR R4	42.11	25.700	.329	.813
QVC-CMR R5	41.39	25.797	.515	.802
QVC-CMR R6	42.07	24.459	.410	.808
QVC-CMR R7	41.74	24.675	.553	.797
QVC-CMR R8	42.10	25.093	.335	.814
QVC-CMR R9	41.55	25.080	.569	.797
QVC-CMR R10	42.14	23.801	.535	.797
QVC-CMR R11	42.25	23.840	.504	.799
QVC-CMR R12	42.24	24.560	.449	.804
QVC-CMR R13	42.29	24.910	.408	.807
QVC-CMR R14	41.53	25.902	.426	.806

### Anexo III: Resultados

#### 1. Análise descritiva de cada História por sexo (QRVC-HIS)

**Tabela 32. Análise descritiva dos itens para a História 1 (QRVC-HIS)**

	Masculino	Feminino	Total
	M (DP)	M (DP)	M (DP)
QRVC-HIS 11	1.16 (0.468)	1.13 (0.386)	1.14 (0.398)
QRVC-HIS 12	1.48 (0.814)	1.21 (0.515)	1.25 (0.575)
QRVC-HIS 13	1.14 (0.351)	1.12 (0.381)	1.12 (0.377)
QRVC-HIS 14	1.14 (0.405)	1.12 (0.390)	1.12 (0.392)
QRVC-HIS 15	1.24 (0.517)	1.20 (0.447)	1.20 (0.458)
QRVC-HIS 16	1.72 (0.809)	1.69 (0.869)	1.69 (0.859)
QRVC-HIS 17	1.06 (0.240)	1.08 (0.300)	1.08 (0.292)
QRVC-HIS 18	1.70 (0.735)	1.44 (0.734)	1.48 (0.738)
QRVC-HIS 19	1.22 (0.507)	1.20 (0.465)	1.20 (0.470)
QRVC-HIS 110	1.18 (0.388)	1.14 (0.421)	1.15 (0.416)

**Tabela 33. Análise descritiva dos itens para a História 2 (QRVC-HIS)**

	Masculino	Feminino	Total
	M (DP)	M (DP)	M (DP)
QRVC-HIS 21	1.44 (0.644)	1.37 (0.551)	1.38 (0.565)
QRVC-HIS 22	1.44 (0.577)	1.32 (0.561)	1.34 (0.564)
QRVC-HIS 23	1.38 (0.530)	1.28 (0.522)	1.30 (0.524)
QRVC-HIS 24	1.36 (0.563)	1.39 (0.549)	1.39 (0.550)
QRVC-HIS 25	1.56 (0.705)	1.50 (0.717)	1.51 (0.714)
QRVC-HIS 26	1.42 (0.673)	1.42 (0.618)	1.42 (0.626)
QRVC-HIS 27	1.60 (0.670)	1.31 (0.545)	1.35 (0.573)
QRVC-HIS 28	2.08 (0.900)	1.80 (0.849)	1.84 (0.861)
QRVC-HIS 29	1.34 (0.519)	1.30 (0.534)	1.30 (0.532)
QRVC-HIS 210	1.72 (0.834)	1.40 (0.610)	1.44 (0.656)

**Tabela 34. Análise descritiva dos itens para a História 3 (QRVC-HIS)**

	Masculino	Feminino	Total
	M (DP)	M (DP)	M (DP)
QRVC-HIS 31	1.68 (0.768)	1.40 (0.648)	1.44 (0.673)
QRVC-HIS 32	1.90 (0.814)	1.72 (0.787)	1.74 (0.792)
QRVC-HIS 33	1.32 (0.513)	1.22 (0.483)	1.23 (0.488)
QRVC-HIS 34	1.22 (0.418)	1.17 (0.408)	1.17 (0.409)
QRVC-HIS 35	1.32 (0.513)	1.18 (0.435)	1.20 (0.449)
QRVC-HIS 36	1.42 (0.609)	1.26 (0.505)	1.28 (0.523)
QRVC-HIS 37	1.30 (0.505)	1.22 (0.506)	1.23 (0.506)
QRVC-HIS 38	1.34 (0.479)	1.28 (0.539)	1.29 (0.530)
QRVC-HIS 39	1.28 (0.454)	1.19 (0.463)	1.20 (0.462)
QRVC-HIS 310	1.28 (0.454)	1.20 (0.447)	1.21 (0.448)



2. Influência do sexo nas crenças em torno da violência conjugal (QRVC-HIS)

**Tabela 35. Teste T-Student (Variável Independente: Sexo)**

t-test for Equality of Means							
	t	df	Sig. (2-tailed)	Mean Difference	Std. Error Difference	95% Confidence Interval of the Difference	
						Lower	Upper
HIS 1	-1.423	338	.156	-.709	.498	-1.689	.271
HIS 2	-1.831	338	.068	-1.264	.690	-2.622	.094
HIS 3	-2.149	338	<b>.032</b>	-1.246	.580	-2.387	-.106
HIS total	-1.994	338	<b>.047</b>	-3.219	1.615	-6.396	-.043

**Tabela 36. Group Statistics**

	Sexo	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean
HIS 1	F	290	12.33	3.266	.192
	M	50	13.04	3.181	.450
HIS 2	F	290	14.08	4.468	.262
	M	50	15.34	4.745	.671
HIS 3	F	290	12.81	3.773	.222
	M	50	14.06	3.867	.547
HIS total	F	290	39.22	10.570	.621
	M	50	42.44	10.406	1.472

3. Influência do sexo na resolução de conflitos entre parceiros íntimos: Cronicidade e Perpetração (CTS-2)

**Tabela 37. Teste T-Student (Variável Independente: Sexo)**

	t-test for Equality of Means						
	t	df	Sig. (2-tailed)	Mean Difference	Std. Error Difference	95% Confidence Interval of the Difference	
						Lower	Upper
Negociação emocional	1.599	228	.111	6.771	4.233	-1.571	15.112
Negociação cognitiva	2.630	48.982	<b>.011</b>	8.908	3.387	2.102	15.715
Agressão psicológica ligeiro	4.195	140.054	<b>.000</b>	4.977	1.186	2.632	7.323
Agressão psicológica severo	3.032	219.664	<b>.003</b>	1.618	.534	.566	2.670
Abuso físico sem sequelas ligeiro	.982	228	.327	1.694	1.725	-1.704	5.092
Abuso físico sem sequelas severo	.540	228	.590	.923	1.708	-2.443	4.289
Coerção sexual ligeiro	.253	228	.801	.332	1.313	-2.254	2.918
Coerção sexual severo	.513	228	.609	.610	1.189	-1.734	2.953
Abuso físico com sequelas ligeiro	.751	228	.454	.496	.661	-.806	1.799
Abuso físico com sequelas severo	.555	228	.579	.620	1.116	-1.580	2.820

**Tabela 38. Group Statistics**

	Sexo	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean
Negociação	F	199	47.13	21.740	1.541
emocional	M	31	40.35	23.101	4.149
Negociação	F	199	32.62	22.522	1.597
cognitiva	M	31	23.71	16.632	2.987
Agressão	F	199	8.17	12.969	.919
psicológica ligeiro	M	31	3.19	4.175	.750
Agressão	F	199	1.84	7.279	.516
psicológica severo	M	31	.23	.762	.137
Abuso físico sem	F	199	2.15	9.569	.678
sequelas ligeiro	M	31	.45	1.410	.253
Abuso físico sem	F	199	1.18	9.480	.672
sequelas severo	M	31	.26	1.264	.227
Coerção sexual	F	199	1.94	7.050	.500
ligeiro	M	31	1.61	4.814	.865
Coerção sexual	F	199	.74	6.604	.468
severo	M	31	.13	.718	.129
Abuso físico com	F	199	.59	3.671	.260
sequelas ligeiro	M	31	.10	.396	.071
Abuso físico com	F	199	.75	6.198	.439
sequelas severo	M	31	.13	.718	.129

4. Influência do sexo na resolução de conflitos entre parceiros íntimos: Cronicidade e Vitimização (CTS-2)

**Tabela 39. Teste *T-Student* (Variável Independente: Sexo)**

	t-test for Equality of Means						
	t	df	Sig. (2-tailed)	Mean Difference	Std. Error Difference	95% Confidence Interval of the Difference	
						Lower	Upper
Negociação emocional	1.812	228	.071	7.827	4.319	-.682	16.337
Negociação cognitiva	2.423	48.197	<b>.019</b>	8.398	3.466	1.430	15.366
Agressão psicológica ligeiro	3.544	119.128	<b>.001</b>	3.733	1.054	1.647	5.819
Agressão psicológica severo	1.099	228	.273	1.211	1.102	-.960	3.383
Abuso físico sem sequelas ligeiro	.791	228	.430	1.243	1.572	-1.854	4.340
Abuso físico sem sequelas severo	.507	228	.613	.835	1.649	-2.414	4.085
Coerção sexual ligeiro	.824	228	.411	1.087	1.319	-1.512	3.685
Coerção sexual severo	.370	228	.711	.481	1.297	-2.076	3.037
Abuso físico com sequelas ligeiro	.679	228	.498	.348	.512	-.660	1.355
Abuso físico com sequelas severo	.416	228	.678	.434	1.042	-1.620	2.487

**Tabela 40. Group Statistics**

	Sexo	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean
Negociação	F	199	46.47	22.285	1.580
emocional	M	31	38.65	22.895	4.112
Negociação	F	199	30.69	22.699	1.609
cognitiva	M	31	22.29	17.092	3.070
Agressão	F	199	6.51	10.975	.778
psicológica ligeiro	M	31	2.77	3.956	.710
Agressão	F	199	1.44	6.119	.434
psicológica severo	M	31	.23	.669	.120
Abuso físico sem	F	199	1.76	8.720	.618
sequelas ligeiro	M	31	.52	1.313	.236
Abuso físico sem	F	199	1.13	9.152	.649
sequelas severo	M	31	.29	1.270	.228
Coerção sexual	F	199	2.38	7.091	.503
ligeiro	M	31	1.29	4.769	.857
Coerção sexual	F	199	.74	7.200	.510
severo	M	31	.26	.999	.179
Abuso físico com	F	199	.41	2.839	.201
sequelas ligeiro	M	31	.06	.359	.065
Abuso físico com	F	199	.56	5.785	.410
sequelas severo	M	31	.13	.718	.129

5. Influência da formação em VPI nas crenças em torno da violência conjugal (QRVC-HIS)

**Tabela 41. Teste T-Student (Variável Independente: Formação em VPI)**

t-test for Equality of Means							
	t	df	Sig. (2-tailed)	Mean Difference	Std. Error Difference	95% Confidence Interval of the Difference	
						Lower	Upper
HIS 1	2.575	164.056	<b>.011</b>	.916	.356	.214	1.619
HIS 2	3.164	153.607	<b>.002</b>	1.608	.508	.604	2.612
HIS 3	2.297	156.275	<b>.023</b>	.979	.426	.137	1.821
HIS total	2.927	152.227	<b>.004</b>	3.504	1.197	1.139	5.869

**Tabela 42. Group Statistics**

	Formação em VPI	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean
HIS 1	Não	264	12.64	3.423	.211
	Sim	76	11.72	2.501	.287
HIS 2	Não	264	14.62	4.692	.289
	Sim	76	13.01	3.646	.418
HIS 3	Não	264	13.22	3.978	.245
	Sim	76	12.24	3.041	.349
HIS total	Não	264	40.48	10.987	.676
	Sim	76	36.97	8.612	.988

6. Interação entre o sexo e as variáveis sociodemográficas nas crenças em torno da violência conjugal (QRVC-HIS)

**Tabela 43. Anova Two-way para a História 1**

<i>Tests of Between-Subjects Effects</i>					
	Type III Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Sexo-Idade	49.899	3	16.633	1.596	.190
Sexo-Área de estudos	78.385	3	26.128	2.484	.061
Sexo-Ano/grau acadêmico	99.306	7	14.187	1.325	.237
Sexo-Zona de Residência	24.604	6	4.101	.379	.892

**Tabela 44. Anova Two-way para a História 2**

<i>Tests of Between-Subjects Effects</i>					
	Type III Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Sexo-Idade	79.577	3	26.526	1.325	.266
Sexo-Área de estudos	79.937	3	26.646	1.341	.261
Sexo-Ano/grau acadêmico	234.619	7	33.517	1.658	.119
Sexo-Zona de Residência	196.711	6	32.785	1.652	.132

**Tabela 45. Anova Two-way para a História 3**

<i>Tests of Between-Subjects Effects</i>					
	Type III Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Sexo-Idade	119.908	3	39.969	2.885	<b>.036</b>
Sexo-Área de estudos	64.517	3	21.506	1.504	.213
Sexo-Ano/grau acadêmico	151.118	7	21.588	1.508	.164
Sexo-Zona de Residência	86.086	6	14.348	.983	.436

**Tabela 46. Teste *Post Hoc* para a Idade (Variável Dependente: História 3)**

<i>Multiple Comparisons – Tukey HSD</i>						
(I) Idades	(J) Idades	Mean Difference (I-J)	Std. Error	Sig.	95% Confidence Interval	
					Lower Bound	Upper Bound
18-25	26-35	-.39	.624	.922	-2.00	1.22
	36-45	.30	.883	.987	-1.98	2.58
	≥ 46	-3.88	1.335	<b>.021</b>	-7.32	-.43
26-35	18-25	.39	.624	.922	-1.22	2.00
	36-45	.69	1.033	.909	-1.98	3.36
	≥ 46	-3.48	1.439	.075	-7.20	.23
36-45	18-25	-.30	.883	.987	-2.58	1.98
	26-35	-.69	1.033	.909	-3.36	1.98
	≥ 46	-4.17	1.569	<b>.041</b>	-8.22	-.12
≥ 46	18-25	3.88	1.335	<b>.021</b>	.43	7.32
	26-35	3.48	1.439	.075	-.23	7.20
	36-45	4.17	1.569	<b>.041</b>	.12	8.22

**Tabela 47. Análises descritivas da interação sexo-idade (Variável Dependente: História 3)**

Sexo	Idades	Mean	Std. Deviation	N
Masculino	18-25	14.25	3.948	24
	26-35	15.58	4.660	12
	36-45	12.42	2.275	12
	≥ 46	12.50	3.536	2
Feminino	18-25	12.74	3.763	248
	26-35	12.31	2.904	29
	36-45	12.86	3.579	7
	≥ 46	18.17	4.956	6
Total	18-25	12.87	3.796	272
	26-35	13.27	3.762	41
	36-45	12.58	2.735	19
	≥ 46	16.75	5.120	8

**Tabela 48. Anova *Two-way* para a História total**

<i>Tests of Between-Subjects Effects</i>					
	Type III Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Sexo-Idade	649.117	3	216.372	1.997	.114
Sexo-Área de estudos	621.968	3	207.323	1.886	.132
Sexo-Ano/grau acadêmico	1124.725	7	160.675	1.439	.189
Sexo-Zona de Residência	618.121	6	103.020	.915	.484



7. Interação entre o sexo e as variáveis sociodemográficas na resolução de conflitos entre parceiros íntimos (CTS-2: Cronicidade)

**Tabela 49. Anova Two-way para a Negociação Total (CTS-2)**

<i>Tests of Between-Subjects Effects</i>						
		Type III Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Sexo-Idade	Perpetração	2016.928	3	672.309	.434	.729
	Vitimização	6271.887	3	2090.629	1.314	.271
Sexo-Área de estudos	Perpetração	1295.693	3	431.898	.268	.848
	Vitimização	1453.731	3	484.577	.288	.834
Sexo-Ano/grau acadêmico	Perpetração	10446.878	7	1492.411	.918	.494
	Vitimização	13611.321	7	1944.474	1.143	.337
Sexo-Zona de Residência	Perpetração	5976.719	5	1195.344	.754	.584
	Vitimização	4024.304	5	804.861	.481	.790

**Tabela 50. Anova Two-way para a Agressão psicológica Total (CTS-2)**

<i>Tests of Between-Subjects Effects</i>						
		Type III Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Sexo-Idade	Perpetração	381.908	3	127.303	.488	.691
	Vitimização	177.543	3	59.181	.290	.832
Sexo-Área de estudos	Perpetração	60.197	3	20.066	.076	.973
	Vitimização	38.195	3	12.732	.062	.980
Sexo-Ano/grau acadêmico	Perpetração	366.595	7	52.371	.195	.986
	Vitimização	197.446	7	28.207	.137	.995
Sexo-Zona de Residência	Perpetração	506.413	5	101.283	.390	.856
	Vitimização	241.716	5	48.343	.236	.946

**Tabela 51. Anova Two-way para o Abuso físico sem sequelas Total (CTS-2)**

<i>Tests of Between-Subjects Effects</i>						
		Type III Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Sexo-Idade	Perpetração	70.484	3	23.495	0.78	.972
	Vitimização	32.637	3	10.879	.042	.989
Sexo-Área de estudos	Perpetração	82.024	3	27.341	.092	.965
	Vitimização	55.779	3	18.593	.072	.975
Sexo-Ano/grau acadêmico	Perpetração	59.439	7	8.491	.027	1.000
	Vitimização	47.269	7	6.753	.025	1.000
Sexo-Zona de Residência	Perpetração	421.687	5	84.337	.278	.925
	Vitimização	391.705	5	78.341	.299	.913

**Tabela 52. Anova Two-way para a Coerção sexual Total (CTS-2)**

<i>Tests of Between-Subjects Effects</i>						
		Type III Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Sexo-Idade	Perpetração	239.031	3	79.677	.567	.637
	Vitimização	149.728	3	49.909	.341	.796
Sexo-Área de estudos	Perpetração	104.265	3	34.755	.252	.860
	Vitimização	99.173	3	33.058	.231	.875
Sexo-Ano/grau acadêmico	Perpetração	234.438	7	33.491	.232	.977
	Vitimização	224.761	7	32.109	.214	.982
Sexo-Zona de Residência	Perpetração	323.941	5	64.788	.455	.810
	Vitimização	435.295	5	87.059	.594	.705

**Tabela 53. Anova Two-way para o Abuso físico com sequelas Total (CTS-2)**

<i>Tests of Between-Subjects Effects</i>						
		Type III Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Sexo-Idade	Perpetração	24.675	3	8.225	.110	.954
	Vitimização	7.520	3	2.507	.040	.989
Sexo-Área de estudos	Perpetração	17.799	3	5.933	.080	.971
	Vitimização	9.564	3	3.188	.052	.984
Sexo-Ano/grau acadêmico	Perpetração	498.940	7	71.277	.953	.467
	Vitimização	7.581	7	1.083	.017	1.000
Sexo-Zona de Residência	Perpetração	96.934	5	19.387	.258	.935
	Vitimização	97.455	5	19.491	.314	.904